



Sessão Ordinária do dia 18 de agosto de 2025 - Ata n.º 70.

Aos dezoito dias do mês de agosto de dois mil e vinte e cinco, no Plenário do Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury, à hora regimental, foi registrado o quórum necessário de Parlamentares. O Sr. Presidente, Deputado **Alexandre Curi**, secretariado pelos Sr.º Deputados **Gugu Bueno** (1.º Secretário) e **Maria Victória** (2.ª Secretária), “sob a proteção de DEUS”, iniciou os trabalhos da **70.ª Sessão Ordinária da 3.ª Sessão Legislativa da 20.ª Legislatura**.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): “Sob a proteção de Deus”, iniciamos a Sessão Ordinária desta segunda-feira. Consulto o 1.º Secretário se há Expediente a ser lido.

SR. 1.º SECRETÁRIO (Deputado Gugu Bueno – PSD): Sim, Sr. Presidente. (Procedeu à leitura dos documentos que compunham o Expediente do dia.)

EXPEDIENTE: (Transcrição dos documentos recebidos pela Assembleia, que se encontram sob a guarda das Comissões e Diretorias.)

Mensagem: (Encaminhada à Diretoria Legislativa para providências.) **Mensagem n.º 77/2025** do Governador do Estado, encaminhando para apreciação da Assembleia Legislativa o Projeto de Lei (**autuado sob o n.º 654/2025**) que autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação, ao município de Santo Antônio do Caiuá, do imóvel que especifica.

Ofícios: (Encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.) **Ofício n.º 302/2025** da Defensoria Pública do Estado do Paraná, encaminhando Projeto de Lei (**autuado sob o n.º 655/2025**) que dispõe sobre a garantia da assistência jurídica integral e gratuita às pessoas com deficiência no Estado do Paraná; **Ofício**



n.º 308/2025 da Secretaria Municipal de Saúde, encaminhando resposta a Requerimento de autoria do Deputado Ney Leprevost; **Ofício n.º 311/2025** da Defensoria Pública do Estado do Paraná, encaminhando Projeto de Lei (autuado sob o n.º 656/2025) que cria cargos e altera a Lei n.º 21.358 de 2023 e a Lei Complementar n.º 271 de 2024; **Ofício n.º 312/2025** da Defensoria Pública do Estado do Paraná, encaminhando Projeto de Lei Complementar (autuado sob o n.º 9/2025) que altera a Lei Complementar n.º 136 de 2011; **Ofício n.º 606/2025** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 544/2023, que foi convertido na Lei n.º 22.549; **Ofício n.º 607/2025** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 886/2023, que foi convertido na Lei n.º 22.550; **Ofício n.º 608/2025** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 457/2024, que foi convertido na Lei n.º 22.551; **Ofício n.º 609/2025** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 288/2025, que foi convertido na Lei n.º 22.546; **Ofício n.º 610/2025** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 452/2025, que foi convertido na Lei n.º 22.547; **Ofício n.º 611/2025** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 578/2024, que foi convertido na Lei n.º 22.545; **Ofício n.º 612/2025** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 317/2022, que foi convertido na Lei n.º 22.548; **Ofício n.º 613/2025** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 639/2024, que foi convertido na Lei n.º 22.552; **Ofício n.º 614/2025** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 439/2025, que foi convertido na Lei n.º 22.544; **Ofício n.º 833/2025** da Secretaria Municipal de Esporte Lazer e Juventude, encaminhando resposta a requerimento de autoria do Deputado Ney Leprevost; **Ofício n.º 1598/2025** da Casa Civil, encaminhando resposta a requerimento de autoria da Deputada Maria Victoria; **Ofício n.º 1798/2025** do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, encaminhando Projeto de Lei (autuado sob o n.º 657/2025) que altera a Lei n.º 14.277, de 2003; **Ofício n.º 1799/2025** do Tribunal de Justiça



do Estado do Paraná, encaminhando Projeto de Lei **(autuados sob o n.º 658/2025)** que altera a Lei n.º 21.081, de 2022.

Era o que tínhamos, Sr.ª Presidente.

SR.ª PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – União): Primeiro orador inscrito no Grande Expediente: Deputado Luiz Fernando Guerra.

DEPUTADO LUIZ FERNANDO GUERRA (UNIÃO): Senhora Presidente, membros da Mesa Executiva, colegas Deputados e Deputadas, quem nos acompanha através da *TV Assembleia*, aqueles que estão presentes nas tribunas de honra. Hoje subo a esta tribuna para prestar uma homenagem que transcende os limites de um simples reconhecimento formal; venho falar de coragem, de serviço público de excelência e de uma transformação silenciosa mais profunda, que vem acontecendo às margens do nosso Rio Paraná. Refiro-me ao trabalho exemplar do Nepom – Núcleo Especial de Polícia Marítima, da Polícia Federal, em Guaíra, uma força que tem sido sinônimo de bravura, estratégia e compromisso com o bem comum. Senhores, por muitos anos, as águas do nosso Oeste foram marcadas pelo medo. O tráfico, o contrabando, a violência impuseram uma lógica de escuridão sobre o território que deveria ser de todos nós, mas isso começou a mudar e mudou por causa de uma presença não apenas institucional, mas humana. O Nepom se estabeleceu com coragem onde muitos hesitaram. Criaram a Base Fluvial Caronte, um verdadeiro símbolo da retomada da ordem, da presença do Estado, da confiança no Poder Público. O povo reconquistou o direito de viver, pescar, trabalhar e sonhar em paz. Isso é justiça, Deputada Cloara. Porque a justiça não é apenas punir o errado, é devolver ao cidadão de bem aquilo que é seu por direito; e o Nepom fez exatamente isso, com muita estratégia, com planejamento, com presença, com responsabilidade, mas, sobretudo, com humanidade. E justamente foi essa humanidade, a humanidade dessa equipe maravilhosa, que brilhou ainda mais



quando o Brasil enfrentou uma das suas maiores tragédias climáticas da sua história – me refiro à maio de 2024, quando o Estado do Rio Grande do Sul foi atingido por enchentes devastadoras. Enquanto muitos ainda tentavam entender o tamanho do desastre, o Nepom já estava a caminho. Delegado Fernando, que está aqui presente, nosso colega Deputado, 95% do efetivo foi voluntariamente ao Sul do País. Embarcações, logísticas e, mais do que isso, Deputada Mabel, socorro. Levaram esperança, levaram vida a quem mais precisava naquele momento. Senhoras, senhores, quantas vidas foram salvas pela coragem daqueles homens e mulheres; quantas crianças foram resgatadas; quantos idosos foram acolhidos, Deputada Luciana Rafagnin; quantos animais foram protegidos. Isso não está nos relatórios frios, Líder do Governo Hussein Bakri – meu colega, meu irmão, que defende essa região com tanta galhardia –, está no olhar de quem sobreviveu, Hussein, está na gratidão silenciosa de quem foi ajudado no momento mais vulnerável da vida. É por isso que hoje presto esta homenagem, com votos de louvor e congratulações e com Menção Honrosa à equipe do Nepom de Guaíra. Não apenas por suas missões, mas pela grandeza e sua entrega. Quando falamos de segurança pública, falamos muito de armamento, de aparato, de efetivo, de presença; mas segurança também se faz com inteligência, com estratégia e, acima de tudo, com exemplo. Exemplo esse que é o Nepom hoje: um exemplo nacional de como se constrói uma política com segurança moderna, eficaz e cidadã. O Oeste do Paraná viu renascer uma vocação que o medo havia adormecido. Hoje, Guaíra é reconhecida como a Capital Nacional da Pesca Esportiva, atraindo turistas, gerando emprego, movimentando a economia. Isso não aconteceu por acaso. Aconteceu porque houve quem tivesse a coragem de ficar, de proteger, de transformar. E aqui na tribuna de honra, junto com esses heróis, está o Ex-Prefeito, meu amigo Heraldo Trento, que teve a firmeza e a postura de conduzir esse município; está aqui o Prefeito Gile; estão representantes das forças policiais do nosso Estado do Paraná, a gloriosa Polícia Militar, através do BPFront, a Polícia Civil, o Grupo



Tigre, o GOA e tantos outros. Está aqui também o Dr. Gustavo Cignachi, Juiz Federal da 1.^a Vara Federal de Guaíra, que foi o responsável pela Base Fluvial Caronte, que tem transformado a região, trazendo o sossego, a paz. Está também o Delegado Dr. José Alberto de Freitas legas; o Dr. Alysson Pinto da Costa, representando a Superintendência Regional da Polícia Federal; o Delegado Araquem Alencar Tavares de Lima, Chefe da Polícia Federal em Guaíra; o Chefe do Núcleo Especial da Polícia Marítima, o Nepom, o nosso Christiano Garofolo. Parabenizo toda a equipe da Polícia Federal, em especial do Nepom, que se faz aqui presente, Deputado Denian, que hoje faço questão de citar: o Rodrigo de Almeida Guerra, o Rodolfo Pereira Pontes, o Thiago José Silva Mendes de Oliveira, o Wendell Luiz de Moura. E vou citar também aqueles que não estão, que estão lá no rio, na nossa cidade de Guaíra, conduzindo a operação, conduzindo a segurança pública daquela região, que faço com muito gosto de citar aqui o Jefferson di Domenico, Carlos Alberto Rocha, Fábio Cordeiro da Silva, Everton Luiz, Rafael Dal Prá, Daniel Neres Gramin, Rodrigo de Ferreira, Afif Elias André Neto, Guilherme Martinez, Rafael Alves de Almeida, José da Silva. Meu agradecimento a todos os membros dessa gloriosa Polícia Federal do Nepom e também à sociedade civil, que se uniu a esse projeto e soube reconhecer o valor de uma segurança pública que não impõe medo, mas que devolve a dignidade. Esta casa Legislativa não poderia se omitir diante de tamanha contribuição para o nosso Estado. Por isso nossa homenagem é também um compromisso. Compromisso de continuar apoiando, valorizando essas estruturas que mudam realidades, que geram pertencimento, que inspiram o futuro. Porque se há algo que nos move nessa jornada política, é a crença profunda de que o futuro pode sim ser melhor e que cabe a cada um de nós construí-lo com as escolhas certas. Hoje, homenagear o Nepom é uma dessas escolhas. Não porque fizeram muito, mas porque ainda farão muito mais. Que esta homenagem sirva de incentivo a outras forças, a outros agentes, a outros jovens que hoje ingressam no serviço público, que saibam: o Estado precisa de



vocês, o Paraná precisa de vocês e a população, acima de tudo, merece um serviço público que seja ético, eficiente e humano. Muito obrigado e que esta homenagem ecoe como uma celebração da vida, da coragem e da verdadeira vocação de servir. Obrigado, Sr.^a Presidente.

SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – União): Vamos suspender a Sessão, para que possamos fazer os registros aqui embaixo.

(SESSÃO SUSPENSA.)

SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – União): Está reaberta a Sessão. Anunciamos a visita dos Acadêmicos do Curso de Direito da UniDombosco, acompanhados pelo Professor Dr. Willian Borges. Sejam bem-vindos a esta Assembleia. Gostaríamos também de agradecer a presença do Juiz Federal Dr. Gustavo Chies Cignachi; Delegado Dr. José Alberto de Freitas legas, representando a Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Paraná; o Delegado Araquem Alencar Tavares de Lima, Chefe da Polícia Federal em Guaíra; o Chefe do Núcleo Especial da Polícia Marítima, Sr. Christiano Garofolo; o Prefeito de Guaíra, Sr. Gile Osti; o Ex-Prefeito de Guaíra, Sr. Heraldo Trento; e os Policiais Federais Rodrigo de Almeira Guerra, Rodolfo Pereira Pontes, Thiago José Silva Mendes de Oliveira e Wendell Luiz de Moura. Próximo orador inscrito...

DEPUTADO DELEGADO TITO BARICELLO (UNIÃO): Presidente, *pela ordem.*

SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – União): *Pela ordem.*

DEPUTADO DELEGADO TITO BARICELLO (UNIÃO): Gostaria que V.Ex.^a fizesse a leitura da decisão da Comissão de Constituição e Justiça e do Conselho de Ética que impõe a pena de censura ao Deputado Renato Freitas e, como tal,



como corolário, a retirada do seu nome do Horário das Lideranças, Sr. Presidente, obrigado.

DEPUTADO RENATO FREITAS (PT): Eu não fui citado ainda, Tito. Ainda não tem efeitos. Só depois de hoje; no caso, depois de hoje é amanhã.

DEPUTADO DELEGADO TITO BARICELLO (UNIÃO): A leitura é suficiente.

SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – União): Ainda não há decisão a ser lida e, tão logo tenhamos, nós retornamos. Próximo orador inscrito no Grande Expediente: Professor Lemos.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Senhoras Deputadas, Sr.^s Deputados, quero cumprimentá-los, ao tempo em que cumprimento toda a população que está acompanhando a nossa Sessão. E, de modo especial, quero cumprimentar aqui os dirigentes do Sindijus, que mais uma vez nos honram com suas presenças aqui na Assembleia. Vejo aqui a Arlete, também a Santa, a Carolina – que é a Carol –, a Andreia está presente também, está aqui a Jenifer, a Patrícia e o David. Bem-vindos e bem-vindas, mais uma vez, à Assembleia. O Sindijus tem feito um trabalho importantíssimo na defesa dos servidores e servidoras do Poder Judiciário, além de fazer um trabalho também na defesa de uma sociedade fraterna, solidária e justa. Faz um trabalho importantíssimo. Quero cumprimentá-los, dizer que não é por acaso que têm acontecido avanços para a categoria, é pelo trabalho persistente de vocês. Não foi uma vez, nem duas que pude estar com vocês em vários eventos, inclusive em marcha pelas ruas de Curitiba, cobrando do Poder Judiciário o atendimento às demandas da categoria. Estamos votando na Sessão de hoje Projeto de Lei que é do interesse do servidor do Poder Judiciário e está aqui, mais uma vez, a direção do Sindijus acompanhando de perto o que tramita aqui nesta Casa e que diz respeito aos servidores e servidoras do Poder Judiciário. Parabéns. Contem sempre conosco em todas as demandas. Quero aqui também destacar que o Sindijus se soma aos outros Sindicatos do



Poder Executivo. O Poder Executivo tem 25 sindicatos e esses 25 sindicatos se organizam, junto com o Sindijus, no Fórum em Defesa dos Serviços Públicos de qualidade e da qualidade de vida dos servidores públicos. E o Sindijus também defende os aposentados e aposentadas que são do extrajudicial, que é tarefa do Poder Executivo corrigir os salários dos aposentados do extrajudicial. Assim como é obrigação do Poder Executivo corrigir os salários dos demais servidores do Poder Executivo, por exemplo dos Policiais, dos Bombeiros, Militares e também dos Policiais Civis, dos professores e professoras, funcionários e funcionárias de escolas, dos servidores que atuam na saúde, que atuam na Secretaria da Agricultura, do Meio Ambiente, que atuam na Secretaria da Assistência Social, da Família, enfim, dos servidores e servidoras que atuam em todas as Secretarias, em todos os órgãos do Poder Executivo – quem está na ativa e quem está aposentado ou quem é pensionista também. O Poder Executivo precisa mandar o Projeto para cá e não mandou. Por exemplo, do extrajudicial, já tratei aqui, na semana passada. São aproximadamente 500 servidores que atuaram em cartórios e se aposentaram. Em 2019, em novembro, com a Reforma da Previdência, aprovada aqui por esta Casa, tiveram uma redução de salário. Hoje, seis anos depois, estão recebendo menos do que recebiam em novembro de 2019 e uma inflação que corroeu esses salários. Então, o Extrajudicial precisa de atenção, precisa de cuidado. O Sindijus está cobrando já faz tempo. Já tivemos reuniões aqui, inclusive com o Presidente da Assembleia, Alexandre Curi, solicitamos a ele ajuda para que o Executivo mande para cá o Projeto nesse sentido de corrigir os salários do extrajudicial. Mas também, junto com o Fórum de Servidores, com a participação do Sindijus, tivemos reunião também com o Líder do Governo, tivemos reunião também com o Presidente da Assembleia, solicitando também ajuda para convencer o Governador de mandar para esta Casa Projeto de Lei para corrigir o salário, pagando pelo menos a inflação aos servidores do Poder Executivo, de todas as categorias do Poder Executivo, que estão com uma defasagem que se aproxima de 50%. Porque, nos dois mandatos do atual



Governador, não teve reposição da inflação na data base. Algumas categorias tiveram alteração de carreira, mas a maioria das categorias não teve. É preciso que o Governo mande para cá o Projeto o quanto antes. Fica aqui, mais uma vez, a nossa denúncia e também a nossa reivindicação para que os servidores tenham os seus salários corrigidos. E aí é tarefa exclusiva do Governador mandar o Projeto para cá; sem mandar o Projeto para cá, não conseguimos avançar porque, se votarmos um Projeto de autoria nossa, de Deputado, o Governador pode vetar. Aí temos que convencê-lo de que tem que mandar o Projeto para cá o quanto antes. Também, Sr. Presidente, quero tratar aqui de uma demanda que está preocupando oito comunidades escolares. São escolas do campo que a Secretaria de Estado de Educação anunciou, através dos Núcleos de Educação, que haverá fechamento de escolas, de oito escolas do campo no Paraná. Uma das escolas é de Três Barras do Paraná, que fica na comunidade Barra Bonita. A comunidade se levantou e não aceita o fechamento. Prefeito, Vereadores, líderes religiosos se somaram à comunidade, fizeram documentos e estão muito preocupados, não querem de jeito nenhum o fechamento dessa escola. Aliás, as oito escolas ameaçadas de fechamento não querem! Porque são escolas distantes das cidades; se fechar, cria um problema sério e vários estudantes ficarão com dificuldade de frequentar uma escola longe da sua comunidade. Poderão ficar fora da escola. Tem uma escola em Mangueirinha, que é a Escola Estadual do Campo Conceição Linhares de Almeida, que fica no interior, fica em uma área de reforma agrária, inclusive, que beneficia estudantes do campo, da agricultura familiar. E a comunidade também não concorda: é Prefeito, são Vereadores, são lideranças comunitárias, são lideranças religiosas que se uniram aos pais, aos estudantes, fizeram documentos. Inclusive tem um requerimento de nossa autoria sendo encaminhado ao Secretário e ao Governador para que não se feche essa escola do campo de Mangueirinha, porque ela é muito importante. E não se pode ir fechando escolas. Precisamos é abrir mais escolas, e não fechar escolas. Isso é importante registrar. Essas escolas do campo não têm um número alto de alunos,



mas a qualidade do ensino oferecido nessas escolas é altíssimo. Além do currículo normal, essas escolas propiciam aos estudantes a participação no esporte, na cultura e esses estudantes participam de eventos representando o município. Muitas dessas comunidades escolares têm estudantes representando o município fora do Estado e, em alguns casos, fora do País. Então são escolas importantíssimas para esses estudantes, para essas comunidades e que não podem, de jeito nenhum, serem fechadas. Por isso fica aqui, mais uma vez, além da nossa denúncia, o nosso apelo ao Secretário do Estado de Educação e ao Governador Ratinho Junior pela manutenção dessas escolas. Não ao fechamento de escolas no Estado do Paraná! Essas escolas são importantes e precisam permanecer. Por isso fica aqui, mais uma vez, o nosso registro em defesa das escolas do campo no Paraná e aqui, em especial, também, da escola do campo lá de Mangueirinha, que é a Escola Estadual do Campo Conceição Linhares de Almeida.

SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – União): Passamos agora ao Horário das Lideranças. Primeiro orador inscrito: Deputado Renato Freitas.

DEPUTADO RENATO FREITAS (PT): Haja ontem, ou melhor, haja hoje para tanto ontem. O Brasil é marcado pela sua triste, trágica, exploratória e genocida história. Os que roubaram as terras saquearam as riquezas, exterminaram os povos, encarceraram as massas, roubaram a esperança, estreitaram os horizontes. Mesmo das crianças, enterraram impiedosamente os sonhos. Coronéis que farão tudo pelo povo, menos sair de suas costas. Eles, que monopolizam a terra, as indústrias, os bancos, o dinheiro, o poder político, se utilizam do Estado como se fosse um puxado, um *puxadinho* de suas fazendas, de suas empresas, de suas grandes igrejas, de seus grandes negócios, sejam lá quais forem e à custa de quem. Só uma linguagem deve ser ouvida: a do dinheiro, a do poder, a da cobiça. Todos com suas roupas importadas, ternos italianos, vestidos de gala, bailando e levando, conduzindo a humanidade ao precipício. Fazem desta



Assembleia o seu escritório particular de decisões; fazem do Executivo uma máquina de perpetuação do poder, mesmo que, para isso, tenha que haver a perpetuação das coisas como estão – mesmo que as coisas como estão estejam de ponta cabeça. E não são palavras ao vento. Aqui nesta Casa o número um, o que representava todos e todas as Deputadas, o Presidente Ademar Traiano roubou – isso do popular *meteu a mão na cumbuca* – e o que aconteceu? Nada, nenhuma responsabilização. O *rei sou eu, a coroa caiu*, mas ainda continua fazendo pressão, *lobby* aqui dentro desta Casa para que eu seja cassado. O Executivo disse, diante de seu correligionário partidário, que ele, Ratinho Junior, não era comentarista político e que casos de corrupção no Legislativo não lhe diziam respeito. Competente e responsável de suas atribuições, o Governador disse isso para toda a mídia. O Judiciário, na mão das mesmas famílias que estão aqui, que estão no Tribunal de Contas, que estão no Executivo, que estão nos bancos, nos latifúndios, a mesma carcomida decadente nobreza, se utilizando do Estado, instrumentalizando o Estado, ameaçando a democracia. Vejam o meu caso: vim aqui para representar os interesses daqueles que, como eu, têm uma carteira de trabalho registrada recebendo um salário-mínimo, de empacotador, de repositor, de balconista, de vendedor de loja, de panfleteiro, de todos os trabalhos que a classe trabalhadora pobre da periferia tem que encarar para sobreviver. Portanto, me tornei, obviamente, Oposição; não poderia ser diferente. Como eu não seria oposição ao agronegócio que não tem calo nas mãos? Ao latifundiário que não sabe mexer em uma enxada? Ao dono da empresa que nunca esteve no caixa para de fato vender? Não fui perdoado por isso, fui perseguido, violentamente perseguido desde o primeiro dia em que sentei nessa cadeira; antes até, quando vim conhecer a Assembleia, um policial a paisana, aqui do lado, disse para os outros policiais no corredor: “*Fica de olho nesse daí.*” Antes de eu ser empossado. Depois, muitos foram os processos, quanto maior a quantidade deles, menor fundamento de cada um deles. E me deparei com essa patacoada carente de competência, assinada pela Deputada Márcia Huçulak, que tentou



suspender o meu mandato a partir de dispositivos do Regimento que não permitiam a suspensão do mandato, porque não sou reincidente. Ora, não ligou *l'é com cré*. Sem lógica, sem raciocínio, a sanha punitivista atropelou a capacidade de reflexão, ou será o comprometimento que ela tem não com o povo e sim com as elites políticas locais? Onde estava a Deputada Márcia Huçulak quando ela era Secretária da Saúde de Curitiba e ocorreu o maior escândalo de corrupção do município na Saúde? Milhões, milhões e milhões de reais junto ao Vereador Pier, a partir, adivinhem, da terceirização da saúde. Quando o erro estava a um palmo de seu nariz, ela não enxergou; quando o erro não existia, que foi o meu caso, que apoiei os professores – que lutavam contra a terceirização das escolas e, portanto, era o meu papel apoiá-los –, aí não havia erro, e ela enxergou, com uma visão tão distorcida, que não conseguiu levar essa visão para o papel, não com consistência. Por isso o Desembargador do Tribunal de Justiça decidiu suspender a decisão da relatora do Conselho de Ética, Márcia Huçulak, porque era manifestamente ilegal. Agora, por jogos políticos nos bastidores da festa para que não fui convidado, no *castelo do rei*, sou novamente condenado. A Presidenta recém-eleita, não sei com quais acordos, do Tribunal de Justiça desfez, não sei com qual acordo... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Um minuto para V.Ex.^a concluir.

DEPUTADO RENATO FREITAS (PT): Não dou aparte, o senhor me espere. Não dou aparte.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): *Pela ordem.*

DEPUTADO RENATO FREITAS (PT): Não dou aparte e não tem *pela ordem* na minha fala.



SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Deputado Renato Freitas, um minuto para V.Ex.^a concluir...

DEPUTADO RENATO FREITAS (PT): Perfeito, perfeito...

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Vou preservar o seu tempo e vou conceder *pela ordem* para o Deputado Hussein.

DEPUTADO RENATO FREITAS (PT): Então, fala qual artigo. Qual artigo? Qual artigo?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): É muito grave a citação da Presidente do Tribunal nesta Casa. Não podemos deixar, é muito grave o que foi dito aqui. Não importa se é meu... Quer dizer, o Desembargador que votou a favor dele é bom. É muito grave e isso tem que constar...

DEPUTADO RENATO FREITAS (PT): Primeiro, quero um minuto.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Vou lhe conceder um minuto, mas procede a *questão de ordem* do Deputado Hussein, sobre a acusação feita à Presidente do Tribunal, Deputado Renato Freitas.

DEPUTADO RENATO FREITAS (PT): Não acusei ninguém de nada.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Eu lhe concedo um minuto. Um minuto para V.Ex.^a concluir.

DEPUTADO RENATO FREITAS (PT): Perfeito! É que o espetáculo é engraçado. Vale o ingresso. Vale o ingresso. Quando se fala da elite do poder, você não pode sequer imaginar que eles não são os bastiões da justiça, senão o *mundinho de faz de conta* vira farelo. Mas digo, se a Presidenta do TJ silenciar... porque ela não adentrou o mérito, não teve técnica, perícia, constitucionalidade para adentrar o



mérito. Ela só disse que *lavava as mãos*, porque isso é autonomia dos Poderes. Se ela se calar, até as pedras vão falar.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Antes de conceder a palavra ao Deputado Tito, Deputado Renato, a Desembargadora Lídia é uma mulher que realizou concurso público, foi Juíza e é a primeira mulher a ser Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. A decisão dela está embasada no 1.022 do Supremo Tribunal Federal, que tem repercussão geral. Ela não adentrou no mérito no momento...

DEPUTADO RENATO FREITAS: Presidente, com todo respeito que tenho ao senhor...

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Com todo respeito que eu tenho a V.Ex.^a...

DEPUTADO RENATO FREITAS: Acredito que este não é o momento e não é a instância para estarmos avaliando uma decisão judicial, nem se sim e nem se não. Então, por favor, vamos manter o respeito.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Vossa Excelência tem razão e, com todo o respeito a VEx.^a, quem adentrou nesta discussão judicial foi V.Ex.^a, dizendo que... e eu respeitei V.Ex.^a. Estou dizendo que a decisão da Presidente do Tribunal é baseada em uma decisão do Supremo Tribunal Federal, que tem repercussão geral. Concedo a palavra ao Deputado Tito Barrichello.

DEPUTADO DELEGADO TITO BARRICELLO (UNIÃO): Quero inicialmente cumprimentar o Ex.^{mo} Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná. Cumprimento o Líder do Governo, cumprimento o Líder da Oposição, cumprimento a imprensa livre que nos assiste, que é a base do Estado Democrático de Direito. Cumprimento os caros colegas Deputados Estaduais,



legítimos representantes da sociedade paranaense, cumprimento Dr. Fernando, Delegado, que honra a nossa Casa com sua presença. Cumprimento as pessoas que nos assistem, cumprimento você, cidadão de bem, cidadão honesto que me assiste através da *TV Assembleia*. Para o Deputado Renato Freitas, eu digo: “*Chiu*”. Deputado Renato Freitas, “*chiu*”. Senhores, brincadeiras à parte, a questão aqui é muita séria e muito grave. Utilizei esta manifestação para chamar a atenção de fatos que jamais deveriam ter ocorrido nesta Casa. Primeiramente, quero desdizer o Deputado Renato Freitas em relação ao crime de calúnia que cometeu agora na Assembleia Legislativa. Sim, calúnia! Porque ele imputou a alguém o fato criminoso, nos termos do Código Penal, dos crimes contra honra, ao dizer que houve um acordo com a Presidenta do Tribunal de Justiça. Acordos significam a prática de crimes, é ilícito! Como pode haver um acordo? Não existe e nunca existiu, o que existe é a aplicação da lei, Deputado Hussein Bakri, Líder do Governo. Então, em nome da Assembleia Legislativa, peço escusas à Presidenta do Tribunal de Justiça pela fala irresponsável, pela fala falaciosa, mentirosa do Deputado Renato Freitas, que brada sem saber quando deveria, Sr. Presidente, ficar calado. Vou representar junto ao Conselho de Ética, Deputado Jacovós, mais uma vez pela quebra de decoro parlamentar do Deputado Renato Freitas, ao dizer que existe um conluio entre a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná e o Tribunal de Justiça. Ele deverá provar, sob pena de cometer o crime de calúnia. De outro lado, quero parabenizar o Tribunal de Justiça por ter revisto a decisão e aplicado a lei ao caso concreto, porque os fatos aqui ocorridos – e vou adentrar ao mérito, deixando de lado a questão processual – são extremamente graves. Esta Assembleia Legislativa foi quebrada e hoje o Deputado Renato Freitas, sem dúvida alguma, que está dando entrevista lá ao fundo, se faz de vítima, mas comandou a ação, sim. As imagens das câmeras de segurança, as imagens obtidas através das gravações em celulares e que estão nas redes sociais demonstram de forma inequívoca que esta Assembleia Legislativa foi invadida, que cadeiras foram quebradas, vidros estourados, e ele sentou na cadeira do



Presidente, de onde discursava para a APP-Sindicato e para a CUT – Central Única dos Trabalhadores aos brados. É uma prova objetiva, indiscutível. E aqui, Sr. Líder do Governo, não apagamos imagens das câmeras de segurança, diversamente do que aconteceu no Congresso Nacional, porque lá havia 185 câmeras e o Sr. Flávio Dino entregou quatro; as outras 181 câmeras, Sr. Presidente da Assembleia Legislativa, desapareceram no Congresso Nacional. Aqui isso não existe, aqui aplicamos a lei e a ordem. Se foi filmado, filmado está; se imagens foram captadas, as imagens estão à disposição, tanto da defesa quanto da acusação. Algo que não aconteceu no dia 8 de janeiro, porque o Ministro da Justiça engoliu as imagens das câmeras de segurança, perdeu o prazo de 30 dias que tinha para entregá-las, e agora estão aplicando penas de 14, 15, 17 anos de reclusão para pessoas que foram protestar, sem imagem das câmeras de segurança, que aqui estão disponíveis. Então, o Sr. Renato Freitas cometeu diversos crimes gravíssimos aqui, organização criminosa, entre outros ilícitos. Trinta dias sem as prerrogativas de participar de Comissões e de se manifestar é brando, é algo pequeno perto da grandiosidade das ações malévolas praticadas dentro desta Assembleia Legislativa. Não é possível que uma Casa Legislativa tenha os trabalhos interrompidos como aconteceu. Porque a Sessão foi interrompida, invadida, cadeiras quebradas, vidros quebrados, e não haja uma consequência. Além do que é uma decisão que seguiu o Regimento Interno. Acho até, como já disse alhures, que é uma pena extremamente branda; deveria ser cassado, deveria perder o mandato. Deveria, isso sim, ter uma pena proporcional ao dano e à quebra de decoro parlamentar materializada aqui dentro desta Casa. Mas não, apenas 30 dias, e ainda assim recorreu ao Tribunal de Justiça, que agora se manifestou dizendo que, sim, é uma decisão legal, é uma decisão que está de acordo com o ordenamento jurídico pátrio. E é isso que esperamos da justiça, que aplique a lei, e que coloque barreiras a ações que causam danos à nossa sociedade. Então, está de parabéns o Tribunal de Justiça, está de parabéns a CCJ, está de parabéns a Comissão de Ética, porque a representação que fiz – e



tenho orgulho de ter feito – vai ter como consequência silenciar o Deputado Renato Freitas por 30 dias. Como já disse, Deputada Mara Lima, é brando, é amena a decisão perto das situações que ocorreram aqui nesta Casa. Agradeço, Sr. Presidente. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Ainda no Horário das Lideranças, concedo a palavra ao Deputado Ricardo Arruda.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Senhor Presidente, colegas Deputados, Deputadas e todos que nos acompanham aqui nesta Sessão Plenária, é incrível o que temos que ouvir nesta Casa de Leis. Essa agressão feita hoje pelo Deputado Renato Freitas contra a Desembargadora Lidia Maejima, Presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, primeira mulher que assume esse importante cargo e tem feito um trabalho de excelência, reconhecido por todos no Paraná e fora do Paraná. O que me choca, Deputadas mulheres, é que eu não vi nenhum Deputado do PT dizer que o Deputado Renato Freitas cometeu uma violência de gênero contra a Desembargadora, Presidente do Tribunal de Justiça do Paraná. Foi uma agressão a uma mulher! Isso é uma vergonha que acontece nesta Casa. Outro dia falei aqui sobre... Até lembrei, neste final de semana eu ouvia a rádio e estava tocando uma música do Rick & Renner, *Amor cara de pau*, e pedi para avisá-lo para não usar esse termo, porque é violência de gênero, *amor cara de pau*. Mas ofender a Presidente e culpá-la de um crime, isso realmente é gravíssimo. Não é pouco grave, não! Mas quem é do PT tudo pode, eles se dão as mãos – os Deputados do PT – e fingem que não viram nada. Fingem, assobiam, está tudo bonito, maravilhoso, porque é o PT. O PT pode tudo! Que lamentável isso! Espero que o Presidente do PT, quando tiver a palavra, cite a agressão que o colega Parlamentar dele fez contra a Presidente do Tribunal de Justiça do Paraná. Vou sentar lá para ouvir isso. Vamos ver se vai ter coragem de falar ou não. Violência de gênero contra outra mulher que não é do PT, aí tudo pode, tudo vale. Acho que é desse jeito que funciona. Tivemos hoje também... Vimos aí uma decisão do



Ministro Flávio Dino, algo gravíssimo que ele está cometendo, pegando um caso aí de 2024, julgando o caso e querendo estender para que não se obedeça a nenhuma lei internacional aqui no Brasil. Flávio Dino, Flávio Dino, você já destruiu o Maranhão, o seu passado é lamentável, o senhor é uma vergonha ao Supremo Tribunal Federal pelas suas colocações, pelas suas afirmações de dizer que é comunista e outras barbaridades que o senhor fala, sem falar dos...

DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PDT): *Pela ordem*, Presidente.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Quem pediu?

DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PDT): *Pela ordem*, Requião Filho.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): *Pela ordem?*

DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PDT): *Pela ordem. Pela ordem.*

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Eu sei. Cabe *pela ordem* aqui ou não?

DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PDT): É o mesmo *pela ordem* do Deputado Hussein. É o mesmo *pela ordem* que criou agora há pouco. Quer dizer, pode ou não se pode criticar o Judiciário? Porque estão pedindo para condenar de novo o Renato Freitas porque ele criticou o Judiciário, e segue no discurso criticando o Judiciário e acusando de crime. Então, vamos manter pelo menos a coerência na Mesa, por favor.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Uma coisa não é a suposição...

SR.^ª PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – União): Procede, para poder manter o decoro parlamentar.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Uma coisa não é a suposição, como ele colocou lá, são os fatos. O roubo dos respiradores é um fato. Para quem lê,



estuda um pouquinho... Se o senhor ler um pouquinho, Deputado Requião, vai entender o que estou falando. Saia da sua bolha. O seu pai já saiu, disse que perdeu tudo quando foi para o PT. O senhor, acho que continua com o pezinho no PT ainda, lamento, mas vamos continuar. Sem interrupções aqui, por favor. O que eu falo, assino embaixo, respondo pelos meus atos.

DEPUTADO DELEGADO JACOVÓS (PL): Presidente Alexandre Curi, *pela ordem.*

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): *Pela ordem,* Deputado Jacovós.

DEPUTADO DELEGADO JACOVÓS (PL): Como Vice-Líder da Bancada do PL, peço que seja restituído o tempo do nosso orador, porque realmente houve uma interferência na fala do orador.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Foi pausado o tempo, mas concedo um minuto a mais ao Deputado Missionário no final do seu discurso.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Muito obrigado. E outra: não dá para comparar, não é? Se formos para falar da história de vida da Desembargadora Lídia, que é uma história de respeito – para quem é do Paraná e conhece e leu a respeito da história de vida –, ela tem um passado, tem uma história, diferente de muitos que na história têm aí processo BOs e muito mais, mas tudo bem. Vamos virar essa página agora aqui. Já falei do Flávio Dino, o que penso dele e vou gravar sobre ele hoje, dizendo que ele está pondo o Brasil em um risco gravíssimo contra a lei americana, que pode prejudicar todo o mercado financeiro do Brasil. Vou detalhar isso em um vídeo e aí passo para o Deputado Requião entender. Bom, mas como outro dia falaram aqui que temos que discutir aqui, Deputado Mauro Moraes, Projetos de Leis... Foi cobrado pelo Deputado Denian



Couto: esta Casa tem que discutir Projetos de Leis. Vamos lá: Projeto de Lei n.º 43/2025: *“Dispõe sobre a vedação de reprodução de músicas e videoclipes com letras e coreografias que façam apologia ao crime, ao uso de drogas ou expressem conteúdos verbais e não verbais de cunho sexual e erótico nas unidades escolares de ensino do Estado do Paraná”*. Lei importante para se debater nesta Casa e para colocar em votação, em proteção às crianças e adolescentes – creio que o PT não vai concordar com isso. Projeto de Lei n.º 314/2019 – gente, olha só! Estamos em 2025, esse é para as mulheres – *“Obriga bares e restaurantes, casas noturnas e estabelecimentos congêneres a adotar medidas de auxílio à mulher que se sinta em situação de risco ou vulnerabilidade”*. Projeto importante, Deputado Traiano, em defesa das mulheres. Temos que pautar na CCJ.

Deputada Mabel Canto (PP): Deputado Ricardo Arruda, Deputada Mabel aqui.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Pois não.

Deputada Mabel Canto (PP): Só a título de informação – aqui, Deputado Ricardo –, este Projeto de Lei que o senhor tem aqui é um Projeto muito semelhante ao que aprovamos, já é Lei no Paraná inclusive. Só a título de informação, porque é um bom Projeto de fato.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): É um bom Projeto, acho que é diferente este aqui, mas vamos lá. De quando foi esse Projeto, Deputada Mabel? De quando foi o Projeto que foi aprovado? Que ano foi? Isso aqui é 2019.

Deputada Mabel Canto (PP): Esse é de 2019 e já é Lei, inclusive vou procurar aqui no Código da Mulher o número da Lei para o senhor.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Veja porque se foi pautado antes que o meu, tudo bem; se não, erraram, porque tinha que pautar este primeiro, mas tudo



bem. Ou deviam acoplar os Projetos, certo? É o que diz a regra da Casa. Vamos lá: Projeto n.º 304/2021. Deputado Traiano, outro Projeto bom aqui, ó. Deputado Denian Couto, Projeto bom aqui para debater. *“Dispõe sobre a proibição da reprodução em mídias digitais e televisivas de materiais que utilizem crianças vinculadas à homossexualidade”*. Projeto importantíssimo para garantir a segurança das crianças do Paraná. Está lá, 2021. Faz quatro anos e as crianças sofrendo com isso ainda, porque não pautaram esse importante Projeto, meu colega Líder do Governo, Deputado Hussein Bakri. Projeto n.º 720/2023: *“Proíbe a realização de eventos que tenham como objetivo incitar ataques ao Estado e aos órgãos de segurança pública”*. Projeto importante, Delegado Tito, para defender as nossas corporações, que geralmente são atacadas nesta Casa por um Deputado. Tem que fazer isso virar Lei, para proteger. Projeto n.º 435/2019, também Projeto antigo: *“Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação ou adaptação de provadores de roupas aos usuários portadores de necessidades especiais”*. Importante para essas pessoas que geralmente são esquecidas, e nós Parlamentares temos que nos lembrar de todos aqui. É de 2019, é antigo também. Este Projeto novo que é bacana, o n.º 364/2025, que autoriza a implantação de colégio cívico-militar em escolas com ensino integral, porque não pode ter cívico-militar no integral. Nós temos que aprovar isso, porque é importante. Quanto mais colégio cívico-militar, melhor será para o Paraná. Tem o Projeto n.º 604/2020, que dispõe sobre a doação de equipamentos de informática aprendidos pela Polícia Civil e Militar do Estado do Paraná a alunos da rede pública estadual de ensino, outro Projeto importantíssimo, meu colega Deputado Traiano. Sei que é regra daqui, todos os Deputados têm projetos, a Casa deveria avaliar qual vai beneficiar mais diretamente a população e colocar para votação em primeiro lugar. É uma sugestão que dou, não que eu desmereça qualquer projeto de qualquer Deputado. Bom, tem outros projetos que vou ler em outra ocasião, mas, como aqui somos cobrados em debater projetos, tenho vindo nesta Casa debater projetos. Não vi nenhum outro Parlamentar vir aqui debater projeto,



mas vou ficar aguardando. Toda tribuna virei aqui, Deputado Denian Couto, debater projetos que acho que são importantes para esta Casa. E se todo mundo cooperar, vamos aprovar esses projetos, não vão ficar no papel apenas. (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Um minuto para V.Ex.^a concluir, Deputado Missionário.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Para concluir.

Deputado Denian Couto (PODE): Concede-me um aparte, Deputado? 20 segundos.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Lógico! Lógico!

Deputado Denian Couto (PODE): Quero lhe cumprimentar e quero dizer que o senhor tem razão. O que cobrei é que esta Assembleia abra espaço verdadeiro para discussão dos Projetos. Não vejo problema algum em ver Projeto meu rejeitado, mas quero poder discutir as matérias.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Exatamente.

Deputado Denian Couto (PODE): O que não dá é para, Sessão após Sessão, não votarmos Projetos de autoria parlamentar e discutirmos aquilo que é secundário. Cumprimento V.Ex.^a.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Obrigado. Concordo. Deveríamos até, Presidente Deputado Alexandre Curi, fazer uma alteração no Regimento Interno para que os Projetos sejam votados durante o mandato do Deputado, porque aqui está desde 2019 um projeto. Um projeto importante em defesa da criança, dos jovens, está parado. De repente, votaram um monte de título de cidadão, nome de



rua e não votaram um Projeto importante deste, que iria melhorar a vida de alguém... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Para concluir, Deputado.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Para concluir, é isso que peço a esta Casa, que demos mais ênfase aos Projetos importantes, porque só com leis firmes que vamos defender a nossa população do Paraná. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Concedo a palavra ao Deputado Ademar Traiano.

DEPUTADO ADEMAR TRAIANO (PSD): Senhor Presidente, Sr.^{as} e Sr.^s Deputados, gostaria, por gentileza, da atenção para a nossa fala. Primeiro, não vou entrar aqui na insignificância de falas que, na verdade, também têm um objetivo de desconstruir imagem de pessoas. Segundo, a decisão que se tomou nesta Casa... me parece que a atribuição de culpa cabe sempre ao Deputado Traiano. Não, decisão de colegiado, da Comissão de Ética, que é composta por vários membros; sequer tenho interferência em qualquer decisão que a CCJ vem tomando, porque ela tem a sua independência e tem que ser respeitada na sua decisão. Encaminha-se à CCJ. É regimental, está escrito no Regimento que uma decisão da CCJ tem que passar pelo crivo..., da Comissão de Ética, tem que passar pelo crivo da CCJ. Cabe ao Presidente, como responsável, ser um magistrado, submeter ao Sr.^s Parlamentares para o crivo da aprovação ou não, dando direito à ampla defesa, como muito bem conduzimos o procedimento na CCJ. Essa decisão foi tomada e, regimentalmente também, há o dispositivo legal que determina o encaminhamento à Mesa para futuras decisões. Encerro este tema, porque acho que está muito claro, não há mais o que debater sobre isso. Mas eu queria aqui, com a atenção dos Sr.^s Deputados, com a vénia de todos, me reportar também a algo que considero ser muito importante, porque me parece que todos que estão aqui são abastados, são milionários, são pessoas que



chegaram aqui ao bel-prazer, ao custo de dinheiro. Não, gente. É assim que percebo a fala de quem foi à tribuna do outro lado. Ora, muitos que estão aqui, sua grande maioria tem, com certeza, uma história também de sofrimento de vida. Vou me reportar ao Deputado Traiano. Eu, com nove anos, trabalhei em um hotel de garçom, porque os meus pais moravam no interior de Francisco Beltrão. Com 10 anos, o Deputado Traiano caminhava 15 quilômetros a pé por dia para estudar. Por dia. Durante quatro anos, enfrentando chuva, geada, neve nos idos anos de 1968, e nem por isso deixei de ser o que sou, porque isso é de cada um. Ao contrário do que o outro fala, é comportamental. Construí a minha história alicerçado por berço. Sustentei meus pais até a morte. Não tinham nada, a não ser uma casa para morar. E quantos de vocês também cresceram dessa forma. Não é porque o cidadão hoje tem menor poder aquisitivo que não tem a sua significância no contexto da sociedade. Quero aqui usar um exemplo, Deputada Luciana Rafagnin, que conheço a sua história. Veio de um berço pobre, de uma família pobre, e que orgulho ter a Luciana Rafagnin como Deputada aqui. Ora, ela comete crime por que agora está investida de um cargo que a sociedade, que a população lhe referendou pelo crivo popular? Não. Não vamos condená-la! Então, chega dessa história do rico, do pobre. Todos têm o seu espaço, gente. Todos têm. Eu me orgulho do meu passado. Talvez alguns não possam orgulhar-se; talvez poucos aqui dentro não podem orgulhar-se. Eu me orgulho. Nasci em um berço humilde, pobre, venci na vida. Disputei 11 eleições consecutivas. Exerci todos os cargos dentro desta Casa e aqui estou. Não fico falando mal deste ou daquele Deputado, porque isso não leva a lugar algum. Então, é chegado o momento de respeitar decisões, gente. Decisão de colegiado da Casa, decisão do Tribunal de Justiça. Ora, quando um Desembargador dá uma decisão, a imprensa e o mundo inteiro noticia. Agora, basta essa decisão ser derrubada pela Presidente do Tribunal de Justiça, uma mulher de um valor extraordinário – que não podemos condená-la, a primeira mulher a ser presidente do Tribunal de Justiça no Brasil –, é achacada, é ofendida, é agredida, como se ela fosse



tendenciosa. Não! A decisão foi jurídica. A decisão dentro de critérios jurídicos, de decisão do próprio Supremo Tribunal Federal, respaldada. E ela tem que ser respeitada, não podemos condená-la. Chega dessa história de vir aqui na tribuna e condenar a tudo e a todo: os *Deputados* são *culpados*, o *Governador* é *culpado*, os *Desembargadores* são *culpados*. Ora, quero falar aqui, para que não venham dizer que o Traiano está discriminando alguém, pelo contrário, até fico feliz de ver o crescimento do Deputado Renato Freitas. Também nasceu em berço pobre. Venceu, está aí, é Deputado. Não conheço seu passado, não posso falar dele. Mas também exijo respeito a quem na vida venceu. Exijo respeito. Jamais vou admitir, ao longo da minha trajetória política, que venham aqui nesta Casa para agressão a este ou àquele Deputado e, principalmente, pelo princípio básico de que prestamos juramento, quando das nossas posses, à Constituição, o respeito às leis. A lei tem que ser respeitada. E esta aplicação da lei feita pela nossa eminente Presidente do Tribunal de Justiça tem que ser respeitada. Insatisfeito? Procura arguir contra essa decisão. Vá ao Supremo, ao STJ. E se for vencedor, a Assembleia vai respeitar, não tenho a menor dúvida, porque esta Casa prima pela justiça, pela legalidade, é assim que entendemos. Então, Sr.^s Deputados, mais uma vez, repito, tenho sido agredido insistentemente, mas não vou descer ao nível da insignificância de quem me agride, porque tenho uma história de vida a ser preservada. Tenho uma história de vencimento, já contei. Muito menino, sofri muito. Criei três filhos sozinho, todo mundo sabe, me orgulho dos filhos que tenho. Talvez alguém que me agride não tenha esse exemplo a mostrar à sociedade. Eu tenho. Adotei duas filhas negras, como exemplo de vida, não preciso ficar me vangloriando. É do meu coração, é da minha alma, é do meu sentimento, porque aprendi no berço da minha mãe – uma santa –, que me alicerçou com a sua espiritualidade e me permite poder, hoje, ter esta convicção de tudo aquilo que faço. Não preciso me vangloriar, mas exijo respeito. Acho que é chegado o momento de encerrarmos essa discussão de algo que sou agredido aqui nesta Casa, e tenho convicção absoluta de que nada fiz a não ser dentro da legalidade,



do princípio da lei e da luz da verdade. Ao contrário, talvez, se formos buscar o passado de pessoas, podemos encontrar algo insustentável no seu dia a dia e todos sabem onde estou, a quem estou me referindo. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercilio Turini – MDB): Registramos a presença do Prefeito de Quatro Pontes, o Sr. César Canela, por solicitação do Deputado Hussein Bakri. Seja sempre bem-vindo. Com a palavra, o Deputado Anibelli Neto.

DEPUTADO ANIBELLI NETO (MDB): Boa tarde, Presidente Deputado Tercilio Turini, membros da Mesa Executiva. Saudação aos nossos Parlamentares, aos nossos visitantes. Saudação especial aos funcionários desta Casa. Subo à tribuna nesta segunda-feira com muita alegria. Primeiro quero aqui, em meu nome, parabenizar a Presidente do Tribunal de Justiça pela decisão sábia que teve, respeitando os Poderes. Aqui não vou entrar no mérito, mas acredito que, dessa forma, se coloca efetivamente uma linha de raciocínio. Somos sabedores de que é possível recorrer, como muito provavelmente vai acontecer. E pode ser até que se reverta essa decisão, mas na decisão, ela demonstra um respeito a este Poder e, por isso, não posso deixar de parabenizá-la. Mas, com muita alegria, quero narrar aqui que, na semana passada, como a grande maioria dos Parlamentares, fomos à base, visitando municípios, conhecendo realidades, aprendendo um pouco mais sobre políticas públicas, sobre a vida das pessoas. E estou aqui, com muito orgulho, nesta tribuna, para relatar o ocorrido na última quinta-feira, onde este Parlamentar, acompanhado do Prefeito de Rio Branco do Ivaí, o emedebista Pedro Taborda, estivemos no Rancho Zulian, lá no assentamento onde fomos muito bem recebidos pelos proprietários, a Lilian e o Chumbinho. E, naquele ato, uma história de vida que nos enche de orgulho e, por esse motivo, estou à tribuna para relatar. Filhas de sem-terra, lá de Pato Branco, acabaram tendo uma oportunidade de ter sua terra em Rio Branco do Ivaí e, através da produção leiteira, fazendo queijo e com a mão do Estado, com a mão do Poder Público, pode melhorar a sua qualificação, pode entender um pouco mais a respeito de



tecnologias para melhorar o seu produto. Eis que, através da nossa Adapar, através da Secretaria da Agricultura, pôde, inclusive, conseguir financiamentos a juro zero para que pudesse melhorar a sua estrutura de queijaria. Associado a isso, a uma bela política pública do Governo do Estado, que é colocar um selo onde a propriedade está livre da tuberculose e da brucelose, ela chega a um produto de excelente qualidade, que, inclusive, senhoras e senhores, foi vencedor de uma série de prêmios, ou seja, o queijo do Rancho Zulian é um queijo de qualidade apreciado e valorizado. Isso nos enche de alegria, de esperança para poder falar dessas lutas e estimular a todos aqueles que fazem parte dessas cadeias que entrem nessa luta, porque tem o apoio da administração pública estadual para conseguir avançar, para conseguir ser alguém, para conseguir ser exemplo para outras pessoas. E aqui, naquele ato junto com o Presidente da Adapar, o Presidente Otamir, tivemos a alegria, junto com a Chefe do Núcleo Vitória, de entregar a garantia Susaf – Sistema Único Estadual de Sanidade Agroindustrial, Familiar, Artesanal e de Pequeno Porte. E ela, a Lilian, o Chumbinho, como tantos e tantos guerreiros, estarão agora nesta quinta-feira, do dia 21, 22, 23, 24, naquela que é a maior feira da nossa agricultura familiar, a feira Sabores do Paraná, que vai ser no Centro de Eventos Positivo. Por isso, é o momento de trazer as coisas boas que acontecem no Estado. O orgulho de ver a mão da administração pública ajudar alguém que tem brio, tem raça, não tem medo do enfrentamento, vai pra luta e cresce dentro do cenário dos queijos. Por isso, fico muito feliz de subir à tribuna, de relatar o sentimento de alegria, de satisfação, de carregar a bateria, sem sombra de dúvida. E quero aqui também dizer que estivemos junto com o Deputado Jairo Tamura, que chegou lá um pouquinho depois, ficou, provou os queijos, almoçou e foi para a frente. São lutas como essa que efetivamente valem a pena, Sr.^{as} e Sr.^s Parlamentares. E todas as ações positivas, todas as ações que efetivamente nos enchem de orgulho, farei questão de subir à tribuna para mostrar que o Paraná dá certo, que a nossa agropecuária, a nossa agricultura familiar tem gente de qualidade que quer



trabalhar, que quer produzir, que quer sustentar sua família e efetivamente isso vale a pena. Vamos em frente. Boa semana a todos.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercilio Turini – MDB): Com a palavra a Deputada Mabel Canto, Líder da Bancada Feminina desta Casa.

DEPUTADA MABEL CANTO (PP): Boa tarde, Deputadas e Deputados. Toda vez que um homem insinua algo sobre uma mulher, gosto de ler o currículo dessa mulher, para que esse homem e outros homens e mulheres entendam que a vida da mulher não é fácil. Ela tem que batalhar muito para chegar aonde ela chega. A Desembargadora Lídia Maejima é bacharel em Direito pela Universidade Estadual de Londrina, da turma de 1981. Eu não era nem nascida ainda, Deputada Mara Lima, e a Desembargadora, Presidente do Tribunal de Justiça, já estava formada. Ela entrou na carreira da magistratura paranaense mediante concurso público. Foi nomeada em 19 de junho de 1984. Atuou como Juíza Substituta nas comarcas de União da Vitória, Cornélio Procópio, Foz do Iguaçu. Após um novo concurso, como Juíza de Direito, judicou nas comarcas de Pérola, Andirá, Goioerê, Cascavel e Londrina. No dia 31 de agosto de 2007, foi promovida ao cargo de Desembargadora do Tribunal de Justiça do Paraná e, neste ano, assumiu como a primeira mulher a comandar o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. Lendo esse currículo, imagino que todos vocês pensem como eu: que, com um currículo desse, a Desembargadora e Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, Lídia Maejima, não precisa de acordos para chegar aonde ela chegou. Ela chegou por sua competência e muito tem nos orgulhado como a primeira mulher a assumir esse posto, que é um posto tão importante, um posto de uma liderança singular e que representa todas nós mulheres, não só nós Deputadas aqui, mas todas as mulheres do estado do Paraná. E eu, como advogada, me sinto orgulhosa em ver uma figura como ela, que não precisa de acordos para ser a Presidente que o Poder Judiciário precisa aqui no Estado do Paraná. Mas hoje quero falar sobre um assunto – que, aliás, já era para ter falado na semana



passada, mas, quando vejo relatos contra as mulheres, não posso deixar de não me posicionar. Quero falar de uma lei que criamos aqui na Assembleia Legislativa para diminuir a violência contra as mulheres, a Lei n.º 22.007, de 11 de junho de 2024. Essa Lei permite que as mulheres, quando estiverem em viagem, poderão bloquear o assento ao lado para, caso se sintam inseguras, um homem não sente. Fizemos essa Lei – que teve o apoio total da Bancada Feminina, Deputada Cristina Silvestri – diante de tantos casos que vinham ocorrendo, devido à perturbação e ao assédio sexual dentro dos ônibus. Foram, na época em que propusemos essa Lei, muitos e muitos casos somente naquele mês. A Deputada Cristina, inclusive, já tinha uma outra Lei semelhante, mas conseguimos, com esta aqui, fazer então com que as mulheres pudessem bloquear esse assento se elas não se sentissem seguras. Essa Lei entrou em vigor em junho de 2024, tinha um período de adequação de seis meses e, passado um ano que temos essa Lei aqui no Estado, infelizmente, não temos o cumprimento dela. Fomos verificar junto aos órgãos competentes o que está acontecendo, até porque os casos de perturbação, de assédio sexual continuam. Inclusive, no último dia 10, em Paranavaí, tivemos a denúncia de que um homem de 44 anos, Deputado Leônidas, foi acusado de abuso sexual de uma jovem de 18 anos dentro do ônibus. O caso relata que na noite do domingo, dia 10, a Guarda Municipal de Paranavaí foi acionada para atender uma ocorrência na rodoviária, dentro do ônibus que seguia de Maringá para Loanda, com linha de Londrina a Loanda. Chegando ao local, a vítima de 18 anos, moradora de Paranavaí, relatou que estava dormindo quando sentiu a mão do autor dentro da sua calça, que, em choque, não conseguiu reagir e que o homem continuou a tocá-la indevidamente pelo corpo. Quando ela desce do ônibus, o pai dela está esperando e ela, então, relata ao pai o que aconteceu. O pai chama a Polícia, chama a Guarda e esse homem é preso. Casos como esse continuam acontecendo. E temos uma Lei no Estado do Paraná para coibir isso, para coibir essa violência sexual contra a mulher, para que a mulher viaje segura dentro do ônibus. Não foi uma Lei fácil de



aprovar. Na época, conversamos inclusive com as empresas de ônibus, tudo foi acertado, mas até agora estamos no papel. Fizemos pedidos de informação à Agepar, ao DER, ambas alegam que a Lei não foi regulamentada e que, por isso, ainda não está funcionando. Então hoje eu queria, em nome da Bancada Feminina, que é autora dessa Lei com outros Deputados, Deputado Hussein, pedir que o Governo do Estado, através do DER, possa efetuar a regulamentação dessa Lei, que é uma Lei importante para coibir o assédio e a perturbação sexual dentro dos ônibus. Como digo, nem todo mundo é mulher para saber a insegurança que é transitar no mundo só pelo fato de ser mulher. Mas, quem sabe, os homens que estejam nos assistindo, Deputada Cloara, pensem nas filhas, nas mães, nas amigas, nas vizinhas e possam se colocar um pouquinho no nosso lugar.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Deputada Mabel.

DEPUTADA MABEL CANTO (PP): Por favor, Deputado Ricardo.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Essa Lei é extremamente importante, realmente. Acho que o Governo deveria fazer uma campanha e divulgar nas mídias, porque essa moça que sofreu violência, de repente, nem ela sabe que tem essa Lei. Então, acho que, além de divulgar nos órgãos competentes, no DER e tudo mais, teria que divulgar na mídia. As pessoas não sabem que tem uma Lei e é uma Lei de extrema importância. Temos na família filhos, netos, então... Mas tem que ter mais apoio do Governo para divulgação.

DEPUTADA CRISTINA SILVESTRI (PP): Concordo exatamente com isso. Faz muito tempo que pedimos que o Governo use a sua influência para divulgar essas leis tão importantes, como utilidade pública mesmo. É preciso que o Governo venha conosco nessas ações.



DEPUTADA MABEL CANTO (PP): Obrigada, Deputada Cristina. Então, precisamos regulamentar essa Lei, divulgar essa Lei e permitir que as mulheres possam acessá-la, possam bloquear o assento ao lado. Não podemos pensar no prejuízo que as empresas do transporte público possam ter, porque esses dias pedi para irem até uma empresa comprar uma passagem, e a pessoa que nos atendeu disse: *“Nossa, mas isso vai dar um prejuízo para as empresas”*. Prejuízo maior é a violência contra a mulher. E nós todos não podemos nos omitir mais em casos como esse, que acontecem, infelizmente, todos os dias.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercilio Turini – MDB): Pela Liderança do Governo, com a palavra o Deputado Hussein Bakri.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Pessoal, boa tarde, boa semana a todos e todas. Deputada Mabel, quero que V.Ex.^a depois me passe essa questão. Na condição de Líder do Governo, é minha obrigação correr atrás e a senhora tem todo o apoio. Quero falar também, Presidenta, em relação a alguns projetos. Quero pedir que todos tenham uma certa compreensão, porque tenho um pouco de culpa nisso. Humildemente, Traiano, reconheço e V.Ex.^a, que já foi Líder do Governo – Romanelli também, Deputados –, que é difícil a nossa missão. Muitas vezes tem a dificuldade de um projeto ser avaliado, pré-avaliado, como inconstitucional e temos que ir tratar do tema, esperar uma decisão da Casa Civil, para poder continuar o projeto, porque não adianta nada o projeto tramitar aqui e vetar lá. Então, peço essa compreensão de vocês. Vou procurar agilizar o meu trabalho, mas a culpa também é minha. Presidenta, colegas Deputadas e Deputados, sou filho de imigrantes libaneses. O meu pai veio para o Brasil perto de 1960. Sabem o que ele tinha? Ele tinha uma mala, era mascate. Ele trabalhava nas casas da Rede Ferroviária Federal de União da Vitória, meu Prefeito Canela, e Vice Tonelli, de Quatro Pontes. Ele vendia o almoço para comer na janta. Morávamos em casa de madeira, depois de muitos e muitos anos que melhoramos um pouco. Fui conhecer praia com 20 anos de idade. Trabalhávamos



na lojinha do meu pai – na primeira lojinha – inclusive no Natal. Tudo na minha vida aconteceu com muito sacrifício, desde a minha primeira eleição de Vereador. Depois, perdi duas de Prefeito, Romanelli e ganhei. As coisas na minha vida foram tão difíceis que em algum momento passei a não acreditar mais em mim. Não acreditava mais em mim, até que ganhei a primeira eleição. Portanto, muito do que se fala, para mim não serve, como para muitos de vocês não serve, porque sei que os colegas aqui foram forjados na luta, no trabalho, na dedicação, no empenho, porque nada vem de graça na vida de cada um de nós. É preciso ter respeito com a história de cada um, é a única coisa que peço. Quero aqui também manifestar a minha solidariedade à Desembargadora Lídia, que aprendemos a... Eu não a conhecia, pessoalmente. No episódio da discussão da LDO, conhecemos uma mulher correta, vibrante, lutadora, e que tem a minha admiração, o meu apreço, e que não faz acordo nenhum, o único acordo que ela se presta a fazer é o da lei. Quero me reportar aqui a um Requerimento da Deputada Ana Júlia, demais Deputados que têm aqui, e dizer, Deputado Lemos, que vocês podem contar comigo. Também fui informado, Deputada, de um fechamento de algumas escolas do campo aqui no Estado do Paraná. Quero ressaltar que o Estado do Paraná está construindo 25 escolas, mas que essas escolas do campo quero aprofundar esse tema, quero me colocar à disposição, e vamos ter uma conversa com o Secretário Roni para discutir isso. A fundamentação que me foi dita aqui em um primeiro momento é o baixíssimo número de alunos, que não sustenta uma escola com um número tão baixo de alunos. Mas acho o diálogo... Quem conversa nunca erra. Então, vamos procurar fazer esse debate, V.Ex.^{as} têm o meu apoio para fazer esse debate, tanto o Professor Lemos quanto a Deputada Ana Júlia. O Governo estará marcando nos próximos dias, lá na Secretaria da Fazenda, um debate com o FES, que foi um pedido dos colegas, principalmente o Deputado Lemos. Quero dizer aqui que, hoje pela manhã, tivemos um importante evento – e pude ver uma atriz importante do Brasil, sempre fui admirador dela, que é a Luiza Brunet, que com nos seus



sessenta e poucos anos está esbanjando carisma, saúde, alegria; Deputada Mara Lima estava lá, a Deputada Márcia – e o Ceasa do Paraná recebeu o selo de boas práticas no combate à violência contra a mulher. Um evento fantástico, pude ficar uma parte do tempo lá. E só para vocês terem uma ideia da dinâmica do Ceasa do Paraná, por lá passam cerca de mil mulheres por dia. Então, vocês vejam quanto que é importante esse trabalho, Deputado Corti, que está sendo feito lá. Quero ressaltar aqui também que o Paraná, através de uma ação muito forte da Assembleia Legislativa, do nosso Presidente, da Mesa – uma ação muito forte da Secretaria de Estado –, nós, do Governo do Paraná, através do Presidente Alexandre, o Paraná vai passar a entregar *notebooks*, *chromebooks*, para as escolas municipais também. Acho que isso é um pleito dos colegas Deputados que representam os seus municípios, e o Paraná também vai passar a fazer essa entrega. Quero também dizer que chegamos a um acordo com a Oposição em aprovar uma emenda importante no projeto que institui o Programa Estadual de Pagamento e Recompensas. Estaremos votando no dia de hoje esse Projeto e as duas Emendas. Quero dizer também que me coloco à disposição dos colegas, a Liderança do Governo, tanto da Situação quanto da Oposição, e os colegas que tiveram alguma coisa, estamos à disposição. Boa semana.

Deputado Luiz Claudio Romanelli (PSD): Deputado Hussein, o senhor me permite um aparte?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Pois não.

Deputado Luiz Claudio Romanelli (PSD): É que eu estava em gabinete, não pude estar presente quando o Deputado Renato Freitas fez uma fala em relação à questão da decisão judicial da Presidência do Tribunal de Justiça. E se V.Ex.^a me permite, eu gostaria de muito rapidamente relatar às Sr.^{as} e Sr.^s Parlamentares que já vivemos uma situação exatamente igual a essa, e vou relembrar qual: foi em 2009, quando da eleição do Conselheiro do Tribunal de Contas, o Deputado



Maurício Requião. O mesmo Desembargador, relator, Jorge Vargas – que aliás tive a honra que foi meu professor –, deu uma decisão liminar suspendendo a votação da Assembleia porque a Constituição falava em voto secreto, a Federal, e a Estadual era voto aberto. E aí fui conversar com ele, que disse: “*Não, se vocês votarem secreto, eu libero ainda hoje a votação*”. Nós não concordamos – na época era o Presidente Nelson Justus aqui da Casa – e efetivamente foi buscada a tutela junto à Presidência do Tribunal com o mesmo veículo, que é o mandado de segurança, exatamente em uma situação igual a essa, e o Tribunal de Justiça suspendeu a decisão do Desembargador Jorge Vargas, igual a essa que suspendeu a decisão deste momento. O que queria dizer, na verdade, especialmente ao Deputado Renato Freitas, a questão na verdade é assim: V.Ex.^a pode se sentir injustiçado em relação à decisão judicial, mas eu li tanto a decisão que lhe favoreceu, como li também a atual decisão. E a Presidente do Tribunal entra em um tema que a mim me parece que é o grande problema da política hoje. Porque nós, políticos, estamos judicializando tudo, é o mal inclusive do STF hoje, quem vai para o campo da política o tempo todo no STF é que acaba criando essa situação. Então, ela disse que a Assembleia tem que decidir *interna corporis* esse tema a mim me parece que essa é a grande questão. Eu mesmo votei na CCJ contra, entendendo que está prescrito, estava prescrita a pretensão punitiva. Mas entendo que a decisão judicial está amparada no bom Direito, mesmo que seja injusta na visão do Deputado Renato Freitas, que tenho o maior respeito por ele. Agora, não podemos de fato dizer assim: tudo o que formos levar para o campo do Judiciário, de fato, transferimos o Poder Legislativo para uma outra esfera de poder na República. Obrigado pelo aparte longo, mas entendo que temos que respeitar as decisões judiciais.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Se quiser, tem mais um minuto. Só quero finalizar dizendo que também tenho um profundo respeito pelo Deputado, e que evidentemente tem outras instâncias. Agora tem, acho que é o STJ – não sou do



Direito, mas me parece que o STJ – e certamente tem chance de realinhar. É isso, o importante é ter calma, equilíbrio, que as coisas acontecem na hora certa.

SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – União): Próximo orador: Deputado Arilson.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Senhores Deputados, Sr.^{as} Deputadas, nossa Presidenta. Suspensão de prerrogativas. É um tema delicado que está sendo tratado aqui na nossa Casa. E o que estamos vendo aqui, de fato, é um julgamento contra o Deputado Renato Freitas que é ilegal e inconstitucional. Já houve caso parecido aqui na CCJ em que se reconheceu a prescrição do processo. O processo está prescrito e, mesmo assim, aplicaram a pena. Aliás, a pena só se daria corretamente, durante a burocracia ou o direito, digamos assim, se o Deputado Renato Freitas tivesse condenação anterior a esse processo, o que não é o caso. O Desembargador Jorge Vargas, que é PhD em Direito e um grande constitucionalista, na sua decisão liminar, não toca no mérito do caso, ele toca exatamente no que acabei de colocar: que, segundo o nosso Regimento Interno, não existe motivo para a punição porque não houve condenação anterior. No mérito, não há o que se discutir aqui, o processo está errado, eivado de vontade política, mas não de legalidade. E vamos continuar buscando justiça nesse processo ao Deputado Renato Freitas, procurando o caminho jurídico e sempre denunciando essa pena desproporcional e injusta. E aqui não posso deixar de colocar também o oportunismo de algumas pessoas que sobem ali e falam que o Alexandre de Moraes não tem vergonha na cara, que sobem ali e falam que o STF não presta e, ao mesmo tempo, criticam de uma outra forma aqui. Precisamos de coerência, e isso está faltando há bastante tempo para muitos aqui dentro desta Casa, para muitos de nós. O Deputado Renato vai continuar tendo a defesa nossa, da Oposição, porque é ilegal e inconstitucional o que está acontecendo com ele. O Renato está sendo julgado aqui por representar vozes que poucas vezes tiveram defesa aqui dentro desta Casa. É esse o julgamento,



Renato, a que você está sendo submetido. Um processo desrespeitoso, ainda mais com o antecedente que já teve aqui na CCJ. Não está se julgando o mérito, não está se julgando a questão legal. Está se julgando aqui... Inclusive, a decisão da Presidência do TJ é na questão de interferência de Poderes, que alguns acham que não devia se questionar isso. Claro que tem que se questionar isso, é um direito do Parlamentar recorrer e questionar isso, porque ele está sendo prejudicado por um atropelo político aqui dentro, uma vez que a CCJ não analisou constitucionalmente somente o seu processo, analisou sob outro âmbito e outro prisma de olhar, que é o político. Claro que ele está sendo injustiçado, porque a decisão do Desembargador Jorge Vargas é clara: não pode condenar porque não tem antecedente. Então ele tem o direito de recorrer. E aqui nesta Casa, encerrando esta pauta primeira, eu vejo o discurso: *"Vamos tomar mais tempo para discutir os projetos do Paraná. Olha, vamos debater os temas do Paraná"*. Cadê a Base do Governo, que não chama aqui uma Audiência Pública ou um plebiscito para discutir com a população a venda da Celepar, que está sendo feita na moita aqui nesta Casa? Vocês querem tema mais importante que os dados do povo paranaense? A Celepar não é uma empresa qualquer, a Celepar é guardiã dos nossos dados. Está lá o prontuário do SUS, o histórico médico, a nota dos estudantes, a matrícula das crianças, as infrações de trânsito, os boletins de ocorrência, o CPF, a renda, o imposto pago por cada cidadão, ou seja, a vida do povo paranaense está ali. E aí o discurso: *"Eu quero debater os projetos do Paraná."*, mas com a rapidez e a urgência com que foi vendida a Copel? Em sete dias? É isso mesmo? Será que vocês vão ter coragem de subir ali e falar isso quando for esse projeto colocado aqui nesta Casa? Vamos cobrar coerência! Assim como cobram coerência de outras coisas aqui, vamos cobrar dessa. A privatização da Celepar é um perigo para o nosso povo. Vender a Celepar significa entregar os dados privados do povo paranaense para o mercado. Tem multinacionais da Itália, da China, do Canadá, da Irlanda que já estão de olho aqui nos nossos dados. Querem monetizar, transformar as informações do povo



paranaense em mercadoria. Nossos dados de saúde, educação, segurança não podem cair em mãos principalmente estrangeiras. E por que a pressa do Governo privatizar para vender em novembro? O Governo sequer apresentou o valor real da empresa, que é a Celepar, quanto ela vale. Só em 2024, a Celepar faturou R\$ 576 milhões com alta margem de lucro, ou seja, não é uma empresa quebrada, é uma empresa saudável e estratégica para o povo. E a questão de dados públicos é uma questão de soberania, de democracia, e não podemos vendê-la assim. Vamos chamar um plebiscito. Vamos lá! Os que defendem mais tempo para discutir – o Denian, o Tito, o Arruda –, vamos ver se eles têm coragem de assinar um plebiscito aqui para ver se o povo do Paraná quer a venda da Celepar. Discursar ali é uma maravilha, o discurso vai para um lado e a prática para o outro. Vamos ver se eles têm coragem de deixar a galeria ser tomada pelo povo para discutir isso. Vamos lá! Vamos discutir no tempo que o povo precisa, e não no tempo que o seu discurso para o seu *like*, para o seu compartilhamento precisa. Está tendo aqui muita demagogia. O povo tem que saber se os dados pessoais podem ou não ser vendidos sem autorização do cidadão. E aqui o Governo do Estado já tem, Presidente Alexandre Curi, um debate aberto de R\$ 670 milhões com o *Google*. Há um processo sem licitação – mais um de vários sem licitação – com o *Google*. O Governo agora quer vender produtos da estatal para o *Google* vender para as Prefeituras e para as Secretarias. Uma máquina pública que o Paraná tem, de interesse multinacional de estratégia, agora na mão do privado para nos transformar em reféns do *Google* e pagar. Mais do que isso, o *Google* assumir sem licitar os convênios e contratos já existentes, que são milionários. Foi inclusive notificado aqui: Ofício do Governo pedindo para quais Secretarias vão continuar o contrato, e vamos cobrar aqui. Não acredito que vamos deixar na mão de uma empresa internacional, de capital estrangeiro, os dados dos médicos, da segurança pública, na mão do governo americano, por exemplo. Não é sobre vender uma empresa, é sobre vender a nossa vida digital, as informações de bandeja, e é isso que temos que discutir. Quem vai ganhar com



a privatização da Celepar? Vamos deixar o Paraná refém das *big techs*? Vamos deixar isso tudo acontecer desse jeito e vamos continuar falando aqui o discurso: *“Eu quero discutir mais do Paraná”*. O que mais importante vocês querem discutir do Paraná do que isso? Aliás, só sobrou isso, não é, gente? A energia elétrica? Toma, mercado, está de graça. A Sanepar? Privatiza pelas beiradas. A Compagas? Vendeu. O Porto? Vendeu. Parte das estradas? Também no modelo de concessão. O que sobrou para discutirmos aqui? O que sobrou? O que é tão importante do Paraná que resta para discutirmos? Aí toma o tempo para discutirmos um processo injusto, constitucional e ilegal contra o Deputado Renato Freitas, para, Renato, abafar a discussão de tudo isso. É por isso que estão fazendo isso aqui dentro da Casa também. Não precisamos ser magos da política, mas temos que entender que o Governo tem interesse nessas coisas aqui. Volto a dizer: temos que defender a legalidade dos processos aqui e defender a independência dos Poderes, mas não podemos transformar isso em uma redoma de discurso lá que quer ver um Paraná melhor, se na prática não faz o Paraná melhor não. Estamos juntos.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Peço ao 1.º Secretário que faça um comunicado ao Plenário.

SR. 1.º SECRETÁRIO (Deputado Gugu Bueno – PSD): Senhoras e Sr.^s Deputados, a Presidência da Assembleia recebeu na data de hoje o parecer do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar concluindo pela procedência parcial das representações n.º 08005-21/2024 e n.º 08062-61/2024, em face do Deputado Renato Freitas. Tendo em vista a previsão do § 5.º do art. 275 do Regimento Interno, que assim determina, Sr. Presidente. Presidente...

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Peço atenção às Sr.^{as} e Sr.^s Deputados.



SR. 1.º SECRETÁRIO (Deputado Gugu Bueno – PSD): *No caso de aplicação de penalidade, o parecer será encaminhado ao Presidente para leitura no expediente, com a comunicação da suspensão das prerrogativas regimentais indicadas.* Considerando a decisão do Conselho de Ética que determinou a aplicação de penalidade fixando o seu alcance, bem como o prazo ao Deputado Renato Freitas, comunicamos ao Plenário a suspensão das prerrogativas regimentais contidas nos incisos I, II e III do art. 275 do Regimento Interno, uso da palavra em Sessão, no horário destinado ao Pequeno ou ao Grande Expediente, candidatura ou exercício de cargo de membro da Mesa ou de Presidente ou Vice-Presidente de Comissão e designação como Relator de proposição, pelo prazo de 30 dias, a ser aplicada ao Deputado Renato Freitas, a contar do presente comunicado. É o comunicado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Passamos à Ordem do Dia.

ORDEM DO DIA.

[Iniciou-se a apreciação das matérias constantes da Ordem do Dia. Presidente sem voto. Votações realizadas pelo processo simbólico ou através de aplicativo para votações. Para cômputo do quórum, registrou-se a presença dos seguintes Parlamentares: Adão Litro (PSD), Ademar Traiano (PSD), Alexandre Amaro (REP), Alexandre Curi (PSD), Alisson Wandscheer (SD), Ana Júlia (PT), Anibelli Neto (MDB), Arilson Chiorato (PT), Artagão Junior (PSD), Bazana (PSD), Cantora Mara Lima (REP), Cloara Pinheiro (PSD), Cobra Repórter (PSD), Cristina Silvestri (PSDB), Delegado Jacovós (PL), Delegado Tito Barichello (UNIÃO), Denian Couto (PODE), Doutor Leonidas (CDN), Flavia Franscischini (UNIÃO), Gilberto Ribeiro (PL), Gilson de Souza (PL), Goura (PDT), Gugu Bueno (PSD), Hussein Bakri (PSD), Jairo Tamura (PL), Luciana Rafagnin (PT), Luiz Corti (PSB), Luiz Claudio Romanelli (PSD), Luiz Fernando Guerra (UNIÃO), Mabel



Canto (PP), Mauro Moraes (UNIÃO), Matheus Vermelho (UNIÃO), Maria Victória (PP), Marcelo Rangel (PSD), Marcio Pacheco (PSD), Secretária Márcia (PSD), Marli Paulino (SD), Moacyr Fadel (PSD), Nelson Justus (UNIÃO) Paulo Gomes da TV (PP), Professor Lemos (PT), Requião Filho (PDT), Renato Freitas (PT), Ricardo Arruda (PL), Reichembach (PSD), Samuel Dantas (SD), Soldado Adriano José (PP), Tercílio Turini (PSD), e Thiago Buhrer (UNIÃO) (49 Parlamentares); Deputados ausentes sem justificativa: Batatinha (MDB), Doutor Antenor (PT), Evandro Araújo (PSD), Fabio Oliveira (PODE) e Ney Leprevost (UNIÃO) (5 Parlamentares).]

Peço à Deputada Cloara, 2.^a Secretária, que faça a leitura das proposições protocoladas para conhecimento dos Deputados.

SR.^a 2.^a SECRETÁRIA (Deputada Cloara Pinheiro – PSD): Sim, Sr. Presidente.

Projetos regularmente protocolados pelos Senhores Deputados.

Projetos de Lei: (Com apoio e encaminhados à Diretoria Legislativa para registro, autuação e tramitação.) **Autuado sob o n.^º 631/2025**, da Deputada Maria Victória, que institui o Dia do Chef de Cozinha, a ser comemorado anualmente no dia 20 de outubro, no Estado do Paraná; **Autuado sob o n.^º 632/2025**, da Deputada Flávia Francischini, que declara o município de Guaraqueçaba como Capital Estadual do Arrancadão de Canoa e insere o evento no calendário oficial de eventos do Estado do Paraná; **Autuado sob o n.^º 633/2025**, do Deputado Alisson Wandscheer, que concede o título de utilidade pública ao Instituto O Mago, no município de Curitiba; **Autuado sob o n.^º 634/2025**, do Deputado Gilberto Ribeiro, que reconhece como de relevante interesse público, social e comunitário, as Irmandades Alcoólicos Anônimos (AA), Narcóticos Anônimos (NA), Neuróticos Anônimos (NVA), Al-Anon e Alateen no âmbito do Estado do Paraná; **Autuado sob o n.^º 635/2025**, do Deputado Moacyr Fadel, que concede o título de utilidade pública à Associação Bandeirantense do Agronegócio Rural e Exposição –



ABAREX, com sede no município de Bandeirantes; **Autuado sob o n.º 636/2025**, do Deputado Ney Leprevost, que dispõe sobre a proteção de crianças e adolescentes contra a superexposição nociva em redes sociais e páginas de internet no Estado do Paraná, e dá outras providências; **Autuado sob o n.º 637/2025**, do Deputado Ney Leprevost, que dispõe sobre a substituição gradativa dos cabos aéreos de energia elétrica, telecomunicações e congêneres por cabeamento subterrâneo no Estado do Paraná; **Autuado sob o n.º 638/2025**, do Deputado Ney Leprevost, que estabelece que as empresas gestoras de plataformas de entrega por meio motofrete/motoboy implementem de espaços de apoio e descanso aos entregadores, e dá outras providências; **Autuado sob o n.º 639/2025**, do Deputado Ney Leprevost, que altera a Lei n.º 20.159, de 15 de julho de 2020, que dispõe sobre as medidas de segurança a serem adotadas durante a realização de obras de manutenção ou construção nas rodovias paranaenses, para determinar o tempo máximo de interrupção do trânsito nos sistemas “siga e pare”; **Autuado sob o n.º 640/2025**, do Deputado Ney Leprevost, que altera a Lei Estadual n.º 22.130, de 9 de setembro de 2024 – Consolidação das Leis de Defesa do Consumidor do Estado do Paraná, para dispor sobre o tempo máximo de espera em filas de atendimento em estabelecimentos públicos estaduais e dá outras providências; **Autuado sob o n.º 641/2025**, dos Deputados Cobra Repórter, Evandro Araújo e Márcio Pacheco, que institui a Rota do Rosário nas regiões turísticas do norte pioneiro e dos campos gerais; **Autuado sob o n.º 642/2025**, do Deputado Marcelo Rangel, que dispõe sobre diretrizes para a promoção da interoperabilidade entre sistemas da administração pública e a simplificação administrativa no Estado do Paraná, com vistas ao estímulo e ao empreendedorismo digital; **Autuado sob o n.º 643/2025**, da Deputada Marli Paulino, que altera a Lei n.º 15.421, de 15 de janeiro de 2007, que institui a política de prevenção a violência contra profissionais de ensino, para incluir protocolos de atendimento imediato, responsabilização de pais ou responsáveis e medidas protetivas; **Autuado sob o n.º 644/2025**, dos Deputados Batatinha e



Marcelo Rangel, que dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de sinalização vertical nas praças de pedágio das rodovias concedidas no território paranaense, informando os limites de extensão e tempo máximo de filas e o direito de liberação da passagem, e dá outras providências; **Autuado sob o n.º 645/2025**, do Deputado Batatinha, que institui a campanha permanente Vidas Reais de Conscientização Sobre as Consequências do Crime e do Encarceramento, e dá outras providências; **Autuado sob o n.º 646/2025**, do Deputado Gugu Bueno, que concede o título de utilidade pública à Associação Vividense de Proteção Animal, com sede no município de Coronel Vivida; **Autuado sob o n.º 647/2025**, do Deputado Alexandre Curi, que concede o título de utilidade pública ao ILPI – São Vicente de Paulo de Terra Boa, com sede no município de Terra Boa; **Autuado sob o n.º 648/2025**, do Deputado Delegado Tito Barichello, que concede o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Senhor Rafael dos Santos Querido; **Autuado sob o n.º 649/2025**, do Deputado Delegado Tito Barichello, que dispõe sobre a obrigatoriedade de notificação pelos serviços de saúde públicos e privados do Estado do Paraná, nos casos de atendimento a vítimas de acidente de trânsito com indícios de embriaguez, e dá outras providências; **Autuado sob o n.º 650/2025**, do Deputado Denian Couto, que altera a Lei n.º 21.242, de 23 de setembro de 2022, que dispõe sobre a transparência, por meio de publicação na internet, do quantitativo dos pacientes que aguardam por consultas, exames, intervenções cirúrgicas e outros procedimentos nos estabelecimentos da rede pública de saúde e de instituições prestadoras de serviços públicos de saúde no Estado do Paraná; **Autuado sob o n.º 651/2025**, do Deputado Ricardo Arruda, que dispõe sobre a limitação da penhora, bloqueio e apreensão de bens no âmbito do Estado do Paraná, estabelecendo que tais medidas cautelares somente poderão recair sobre o bem que seja objeto da dívida; **Autuado sob o n.º 652/2025**, da Deputada Flávia Francischini, que concede o título de Cidadã Honária do Estado do Paraná a Senhora Tânia Lopes Anselmo; **Autuado sob o n.º 653/2025**, da Deputada Luciana Rafagnin,



que concede o título de utilidade pública à Associação de Apoio ao Desenvolvimento, Meio Ambiente e Cultura de Laranjeiras do Sul (ADL) – Fundação Colibri, com sede no município de Laranjeiras do Sul.

Era o que continha, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Passamos aos Itens da pauta.

Proposição residual da Sessão anterior.

ITEM 1 – Turno Único do Projeto de Lei n.º 384/2025, de autoria do Deputado Soldado Adriano José, que concede o título de utilidade pública ao Instituto Legendários, com sede no município de Maringá. Parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça. Em discussão o Projeto. Não havendo quem queira discutir, em votação. Como encaminham os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Como encaminha a Liderança da Oposição?

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): “Não”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Votando.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Importante os Legendários. Voto “sim”.

DEPUTADA ANA JÚLIA (PT): Questão de ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Pela ordem, Deputada Ana Júlia.



DEPUTADA ANA JÚLIA (PT): Presidente, gostaria de questionar a Mesa, porque é o seguinte, o art. 276 do Regimento, no § 1º, fala que... Deputados, por favor. Presidente, o art. 276 do Regimento, no § 1º, fala que: “*A penalidade aplicada poderá incidir sobre todas as prerrogativas referidas nos incisos do caput deste artigo ou apenas sobre algumas a juízo do plenário, que deverá fixar seu alcance tendo em conta atuação do Parlamentar.*” O meu questionamento é que o Deputado Gugu leu o comunicado, corretamente, mas o Plenário não está deliberando sobre a extensão da penalidade, o que é a sua prerrogativa. Então, gostaria de entender se essa deliberação vai acontecer amanhã, hoje no final da Sessão ou, se por algum motivo, foi decidido não deliberar sobre esse tema?

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Deputada Ana Júlia, V.Ex.^a falou do art. 276 do Regimento interno, que prevê a penalidade aplicada pelo Conselho de Ética. Ocorre que, no caso do Deputado Renato Freitas, o Conselho de Ética já decidiu pela procedência parcial da representação e já determinou o alcance da penalidade. Então, não há necessidade de passar em Plenário, porque já determinou a suspensão das prerrogativas regimentais contidas ali nos incisos I, II e III do art. 275 do Regimento Interno pelo prazo de 30 dias.

DEPUTADA ANA JÚLIA (PT): Presidente, com todo respeito, entendo a sua posição, mas o Regimento fala que a extensão da pena é decidida a juízo do Plenário.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Já houve a decisão por parte do Conselho de Ética e, assim, não cabe ao Plenário da Assembleia Legislativa decidir de maneira diversa do que o Conselho já determinou. Então, neste caso...

DEPUTADO DELEGADO JACOVÓS (PL): *Pela ordem, Sr. Presidente.*



SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): ... Então, neste caso, Deputada Ana Júlia, vamos seguir o rito estabelecido pelo § 5.º do artigo 275 do Regimento Interno, que determina: “*No caso de aplicação de penalidade, o parecer será encaminhado ao Presidente para a leitura no expediente com a comunicação da suspensão das prerrogativas regimentais indicadas.*” O parecer do Conselho de Ética foi encaminhado a esta Presidência no dia de hoje e compete à Mesa apenas a leitura da decisão proferida pelo Conselho, que foi feita pelo 1.º Secretário, Deputado Gugu Bueno.

DEPUTADA ANA JÚLIA (PT): Presidente, com todo respeito, mas o art. 275 fala sobre o comunicado da decisão do Conselho. A decisão do Conselho tem que ser referendada pelo Plenário.

DEPUTADO DELEGADO JACOVÓS (PL): Para encaminhar, Sr. Presidente, pelo Conselho de Ética.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Deixa a Deputada Ana Júlia concluir.

DEPUTADA ANA JÚLIA (PT): O Plenário foi comunicado, mas o § 1.º do art. 276 é claro, e o Regimento tem que ser lido como um todo, não podemos ler só o art. 275. O § 1.º fala: “*A penalidade aplicada poderá incidir sobre todas as prerrogativas referidas nos incisos do caput deste artigo, ou apenas sobre algumas, a juízo do Plenário*”, não a juízo da decisão da Comissão.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Deputada Ana Júlia, não procede a sua *questão de ordem*, por quê? Porque a pena já foi aplicada pelo Conselho de Ética.

DEPUTADA ANA JÚLIA (PT): Mas o Plenário pode mudar.



SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Mas esta Presidência está interpretando o art. 275, § 5º.

DEPUTADA ANA JÚLIA (PT): E o 276, que é o artigo que fala justamente das penalidades de um Deputado?

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): No § 5º deixa muito claro... Está aqui, vou ler novamente para V.Ex.^a: “*No caso de aplicação de penalidade, o parecer será encaminhado ao Presidente para leitura no expediente com a comunicação da suspensão das prerrogativas.*” Vossa Excelência não está errada no seu posicionamento, mas não procede.

DEPUTADA ANA JÚLIA (PT): Respeito sua posição, mas insisto que acho muito ruim não prezar pelo excesso, não pecar pelo excesso do que pela leitura isolada de um artigo, mas obrigada pelo esclarecimento.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Deputada Ana Júlia, por isso que esta Presidência tem pedido ao Plenário que possamos votar um novo Código de Ética, para trazer segurança jurídica, regras claras. Vossa Excelência está inserindo o art. 276, eu estou inserindo o art. 275 no § 5º, que é claro: se a punibilidade foi feito pelo Conselho de Ética, não cabe ao Plenário mais apresentar, apenas o comunicado do 1º Secretário. Agora, V.Ex.^a insere o art. 276...

DEPUTADO DELEGADO JACOVÓS (PL): Posso esclarecer, Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): ... de forma diferente. Então precisamos, através do Código de Ética, votar regras claras. E esta Presidência decide pelo artigo 275, § 5º.

DEPUTADA ANA JÚLIA (PT): Concordo plenamente, Presidente. O Código não é claro e, no novo Código, tenho certeza de que esses problemas não vão



acontecer, fiz várias emendas, trabalhei nele antes, inclusive, de ele ser proposto pela Presidência, mas, como estamos debatendo no Código antigo e no Regimento antigo...

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Perfeitamente.

DEPUTADA ANA JÚLIA (PT): ... temos que estabelecer as regras que estão no Regimento antigo. A minha única preocupação é que – e tenho falado isso em vários momentos – acho muito ruim para a imagem da Assembleia Legislativa do Paraná, volta e meia, ter suas decisões questionadas judicialmente por uma questão de rito processual que poderia facilmente ser feita sem correr o risco de questionamento das decisões da Assembleia. Obrigada pela resposta ao questionamento e deixo, ainda, a sugestão para o Presidente da Casa.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Respeito seu posicionamento, mas esta Presidência está decidindo baseado no Regimento Interno, art. 275, § 5º, que está claro, já fiz a leitura a V.Ex.^a. Concordo em relação à insegurança jurídica e é por isso que na semana que vem, após a decisão da CCJ, vamos votar esse novo Código de Ética, para trazer total segurança jurídica. Agora estou amparado juridicamente na interpretação do art. 275.

DEPUTADO DELEGADO JACOVÓS (PL): Senhor Presidente, como Presidente do Conselho de Ética, tenho de fazer uma *questão de ordem*. Está sendo questionada uma decisão do Conselho de ética e o colegiado, aqui representado por mim, tem que fazer um esclarecimento.

DEPUTADA ANA JÚLIA (PT): Presidente do Conselho, Deputado Jacovós, com todo respeito, não estou questionando a decisão do Conselho de Ética. Estou questionando a falta de deliberação do Plenário. A decisão do Conselho de Ética é soberana no Conselho de Ética.



DEPUTADO DELEGADO JACOVÓS (PL): Se V.Ex.^a permitir, vou esclarecer. Nós tomamos uma decisão, votamos um parecer da Ex.^{ma} Deputada Márcia Huçulak, e o parecer dela é claro, tem que ser aplicado o art. 276 na sua totalidade. O que diz o art. 276 na sua totalidade? Que se suspende todas as prerrogativas, é o que está dizendo o art. 276.

DEPUTADA ANA JÚLIA (PT): Perfeito, Deputado Jacovós, você deu o argumento perfeito.

DEPUTADO DELEGADO JACOVÓS (PL): Só vou esclarecer: efetivamente o art. 275, no seu *caput*, é claro: a sanção será aplicada de ofício, pela Mesa, por proposta do Conselho de Ética, que é o que está previsto No § 5.^º do art. 275. Então, por proposta do art. 275, *caput*, de ofício, a Mesa aplica o § 5.^º do art. 275. É o que está na decisão e, no parecer da deputada Márcia, ele diz que serão aplicadas todas as sanções do art. 276. Sanções do art. 276. Sanções...

DEPUTADA ANA JÚLIA (PT): Perfeito. Você está corrigindo sua fala agora porque eu coloquei, Deputado Jacovós. Com todo respeito, ele acabou de colocar: a decisão do Conselho de Ética é pela integralidade do artigo...

DEPUTADO DELEGADO JACOVÓS (PL): O Conselho de Ética fez sua defesa aqui, Presidente.

DEPUTADA ANA JÚLIA (PT): Presidente, Presidente, recupere nas notas taquigráficas e na gravação da Sessão. O Presidente do Conselho de Ética acabou de dizer, com todas as palavras, que a decisão do Conselho de Ética é pela aplicação integral do art. 276 do Regimento. Não pode ler...

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Deputada Ana Júlia, a decisão da *questão de ordem* cabe ao Presidente da Casa...



DEPUTADA ANA JÚLIA (PT): Não pode ler, não pode ler o art. 276, inciso I, II e III e esquecer de ler o § 1.º!

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Deputada Ana Júlia, a partir do momento em que o Conselho de Ética decidiu pela procedência parcial da representação, não cabe o art. 276, cabe o art. 275...

DEPUTADA ANA JÚLIA (PT): Então não está decidido pela integralidade do 276!

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Farei a leitura novamente a V.Ex.^a.

DEPUTADA ANA JÚLIA (PT): Não, não precisa fazer a leitura. O Presidente acabou de dizer que é a integralidade do 276.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): A questão de ordem é decidida pelo Presidente da Casa. *“No caso de aplicação de penalidade, o parecer será encaminhado ao Presidente para leitura no expediente, com a comunicação da suspensão das prerrogativas regimentais indicadas”*.

DEPUTADA ANA JÚLIA (PT): Leia o artigo seguinte, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): O Conselho de Ética já decidiu pela procedência parcial da representação. Não cabe ao Plenário decidir.

DEPUTADA ANA JÚLIA (PT): Presidente, o que fala o § 1.º do art. 276? Posso ler.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Vossa Excelência pode fazer a leitura!

DEPUTADA ANA JÚLIA (PT): Mas é que ele fala: *“A penalidade aplicada poderá incidir sobre todas as prerrogativas referidas nos incisos deste artigo ou apenas*



sobre algumas, a juízo do Plenário". E o Presidente do Conselho de Ética acabou de dizer que a decisão do Conselho foi pela integralidade da aplicação do art. 276.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Deputada Ana Júlia, o final do art. 276 fala "*a juízo do Plenário, que deverá fixar o seu alcance*", o alcance já foi definido pelo Conselho de Ética.

DEPUTADA ANA JÚLIA (PT): Mas você acabou de falar que o Plenário tem que fixar o alcance.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Aí a Presidência decide pelo art. 275, § 5º. Não procede sua *questão de ordem*.

DEPUTADO ADEMAR TRAIANO (PSD): Senhor Presidente, *pela ordem*, por favor.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): A *questão de ordem* está resolvida. *Pela ordem*, Deputado Traiano.

DEPUTADO ADEMAR TRAIANO (PSD): Presidente, V.Ex.^a, já como Presidente da Casa, tomou a decisão. Cabe a quem se sentir insatisfeito buscar a Justiça, não há mais o que discutir. Apenas peço *pela ordem* para informar que amanhã estaremos pautando as Emendas propostas ao novo Código de Ética, para encerrarmos esta discussão em definitivo aqui na Casa.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Votação encerrada:
[Votaram Sim: Ademar Luiz Traiano, Adão Litro, Alexandre Amaro, Alisson Wandscheer, Anibelli Neto, Artagão Junior, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Del. Tito Barichello, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Jairo Tamura, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Marcelo Rangel, Marcio Pacheco, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Mauro Moraes, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Paulo Gomes,



*Reichembach, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Secretária Marcia, Soldado Adriano José, Tercílio Turini e Thiago Buhrer (34 Deputados); **Abstenção:** Requião Filho (1 Deputado); **Votaram Não:** Ana Julia, Arilson Chiorato, Flavia Francischini, Goura, Luciana Rafagnin e Renato Freitas (6 Deputados); **Não Votaram:** Alexandre Curi, Batatinha, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Denian Couto, Dr. Antenor, Dr. Leônidas, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Mabel Canto, Maria Victoria, Ney Leprevost e Professor Lemos (13 Deputados).] Com 34 votos favoráveis e 6 votos contrários, está aprovado o Projeto de Lei n.º 384/2025.*

Temos seis Redações Finais.

ITEM 2 – Redação Final do Projeto de Lei n.º 14/2025, de autoria do Deputado Batatinha, que concede o título de utilidade pública ao Instituto Veneza Skate House, com sede no município de Cascavel.

ITEM 3 – Redação Final do Projeto de Lei n.º 134/2025, de autoria do Deputado Marcio Pacheco, que concede o título de utilidade pública ao Instituto Inova de Palotina - IIP, com sede no município de Palotina.

ITEM 4 – Redação Final do Projeto de Lei n.º 136/2025, de autoria do Deputado Delegado Tito Barichello, que concede o título de utilidade pública para o Moto Clube Missionário Ceifeiros da Meia Noite, com sede no município de Curitiba.

ITEM 5 – Redação Final do Projeto de Lei n.º 198/2025, de autoria do Deputado Alexandre Curi e Deputado Anibelli Neto, que institui o Programa Paranaense de Fomento à Agroindústria e dá outras providências.

ITEM 6 – Redação Final do Projeto de Lei n.º 244/2025, de autoria do Deputado Requião Filho, que concede o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Senhor James Luiz Alberti.



ITEM 7 – Redação Final do Projeto de Decreto Legislativo n.º 10/2025, de autoria da Comissão Executiva, que homologa o Decreto do Poder Executivo n.º 10.789, que promove alteração nas normas do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS.

Não foram apresentadas Emendas de Redação. **Está dispensada a votação.**

ITEM 8 – 2.º Turno do Projeto de Lei n.º 777/2023, de autoria do Deputado Goura e da Deputada Maria Victoria, que reconhece o montanhismo como patrimônio cultural imaterial do Estado do Paraná. Parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, com emenda; Comissão de Ecologia, Meio Ambiente e Proteção aos Animais. (**Sobre o Projeto: Emenda de Plenário n.º 1**, dos Deputados Hussein Bakri, Márcio Pacheco, Secretária Márcia, Batatinha, Marcelo Rangel, Alexandre Amaro e Cobra Repórter.) **O Projeto recebeu Emenda e retorna à CCJ.**

ITEM 9 – 2.º Turno do Projeto de Lei n.º 154/2024, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 16/2024, que institui o Programa Estadual de Pagamento de Recompensas. Parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça; Comissão de Finanças e Tributação; Comissão de Segurança Pública. Emendas de plenário com parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça. Em discussão o Projeto. Não havendo quem queira discutir, em votação. Como encaminham os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Senhor Presidente, Projeto importante, inclusive chegamos a um acordo com a Oposição na construção de Emendas. Uma Emenda acatada da Oposição e outra nossa. E o voto é “sim” para este importante projeto de segurança pública.

DEPUTADO SOLDADO ADRIANO JOSÉ (PP): *Pela ordem*, Sr. Presidente.



SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): *Pela ordem*, Deputado Adriano, estamos em processo de votação, mas V.Ex.^a...

DEPUTADO SOLDADO ADRIANO JOSÉ (PP): Por isso pedi *pela ordem*.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Só para encaminhar, Presidente, a Oposição vota “sim” também.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Vossa Excelência vai encaminhar, Deputado Adriano?

DEPUTADO SOLDADO ADRIANO JOSÉ (PP): Só *pela ordem*, para registrar, Presidente, a presença do Prefeito de Bela Vista do Paraíso, Prefeito Jacaré, e o Prefeito de Alvorada do Sul, Marquinhos. Obrigado, Sr. Presidente.

DEPUTADO DELEGADO TITO BARRICELLO (UNIÃO): Para encaminhar.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Estamos em processo de votação, Deputado Tito.

DEPUTADO DELEGADO TITO BARRICELLO (UNIÃO): Mas vou falar sobre o Projeto.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Já está em processo de votação.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Quero pedir novamente aos Deputados que ainda não votaram, Deputados que compõem a Base, Projeto importante, o voto é “sim”, por favor.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Encerrada a votação:
[Votaram Sim: Ademar Luiz Traiano, Adão Litro, Alexandre Amaro, Alisson Wandscheer, Ana Julia, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana,



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Diretoria Legislativa

Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Dr. Leônidas, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Jairo Tamura, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcelo Rangel, Marcio Pacheco, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Mauro Moraes, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Paulo Gomes, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Secretária Marcia, Soldado Adriano José, Tercílio Turini e Thiago Buhrer (45 Deputados); Votou Não: Renato Freitas (1 Deputado); Não Votaram: Alexandre Curi, Batatinha, Dr. Antenor, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Goura, Maria Victoria e Ney Leprevost (8 Deputados).] Com 45 votos favoráveis e 1 voto contrário, está aprovado o Projeto de Lei n.º 154/2024.

Vamos votar agora as Emendas de Plenário. Em discussão as Emendas n.ºs 1 e 2. Não havendo quem queira discutir, em votação. Como encaminham os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): As Emendas são boas, peço à nossa Base que vote “sim” nas Emendas.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “sim” às Emendas. Inclusive tem uma Emenda da Oposição junto.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Votando. Esta Presidência agradece a presença da Prefeita Ivoneia, do município de Mandaguari. Encerrada a votação: **[Votaram Sim: Ademar Traiano, Adão Litro, Alexandre Amaro, Alisson Wandscheer, Ana Julia, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Dr. Leônidas, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Jairo Tamura, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcelo Rangel, Marcio Pacheco, Marli Paulino,**



Matheus Vermelho, Mauro Moraes, Nelson Justus, Paulo Gomes, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Secretária Marcia, Soldado Adriano José, Tercílio Turini e Thiago Buhrer (44 Deputados);
Não Votaram: Alexandre Curi, Batatinha, Bazana, Dr. Antenor, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Maria Victoria, Moacyr Fadel, Ney Leprevost e Renato Freitas (10 Deputados).] Com 44 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **estão aprovadas as emendas. (O Sr. Presidente, Deputado Alexandre Curi, registra em Ata o voto favorável do Deputado Bazana.)**

DEPUTADO BAZANA (PSD): Senhor Presidente, voto “sim”...

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi - PSD): Devidamente registrado o voto do Deputado Bazana.

ITEM 10 – 2.º Turno do Projeto de Lei n.º 608/2025, de autoria do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, Ofício n.º 545/2025, que dispõe sobre os valores dos vencimentos básicos dos servidores ativos e inativos do quadro efetivo, da remuneração dos cargos em comissão e das gratificações no âmbito do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, em observância ao art. 37, inciso X, da Constituição Federal. Parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça; Comissão de Finanças e Tributação. Em discussão Projeto. Não havendo quem queira discutir, em votação. Como encaminham os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Voto “sim”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Votando.

DEPUTADO MARCELO RANGEL (PSD): *Pela ordem, Sr. Presidente.*



SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): *Pela ordem, Deputado Marcelo Rangel.*

DEPUTADO MARCELO RANGEL (PSD): Somente para registrar a presença do Prefeito de Londrina e Ex-Deputado Estadual, que está junto conosco aqui, Tiago Amaral. Seja novamente bem-vindo à Assembleia Legislativa do Paraná.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Encerrada a votação: **[Votaram Sim:** Ademar Luiz Traiano, Adão Litro, Alexandre Amaro, Alisson Wandscheer, Ana Julia, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Dr. Leônidas, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Hussein Bakri, Jairo Tamura, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcelo Rangel, Marcio Pacheco, Marli Paulino, Mauro Moraes, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Paulo Gomes, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Secretária Marcia, Soldado Adriano José, Tercílio Turini e Thiago Buhrer (42 Deputados); **Não Votaram:** Alexandre Curi, Batatinha, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Dr. Antenor, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Gugu Bueno, Maria Victoria, Matheus Vermelho, Ney Leprevost e Renato Freitas (12 Deputados).] Com 42 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 608/2025.**

ITEM 11 – 2.º Turno do Projeto de Lei n.º 609/2025, de autoria do Ministério Público do Estado do Paraná, Ofício n.º 999/2025, que dispõe, conforme específica, sobre os vencimentos dos servidores do Ministério Público do Estado do Paraná, e dá outras providências. Parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça; Comissão de Finanças e Tributação. Em discussão o Projeto. Não havendo quem queira discutir, em votação. Como encaminham os Líderes?



DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Voto “sim”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição encaminha voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Votando.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Presidente, *pela ordem*.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): *Pela ordem*, Deputado Arilson.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Enquanto os Deputados encaminham a votação, deixar claro a V.Ex.^a, vamos votar aqui na sequência o aumento a todos os Poderes. A Oposição protocolou um Requerimento e um pedido de urgência à votação do PL 489/2024, que visa que sejam votados, ao mesmo tempo, de forma concomitante, os aumentos, reajustes dos servidores do Executivo, Judiciário, Legislativo, Ministério Público e Tribunal de Contas, em uma votação única, para não termos um servidor sendo privilegiado em benefício ao outro. O Projeto pede urgência para ser votado na CCJ. Obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Encerrada a votação:

Votaram Sim: Ademar Traiano, Adão Litro, Alexandre Amaro, Alisson Wandscheer, Ana Julia, Anibelli Neto, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Tito Barichello, Dr. Leônidas, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Jairo Tamura, Luciana Rafagnin, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcelo Rangel, Marcio Pacheco, Matheus Vermelho, Mauro Moraes, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Professor Lemos, Reichenbach, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Secretária Marcia, Soldado Adriano José, Tercílio Turini e Thiago Buhrer (38 Deputados); ***Não Votaram:*** Alexandre Curi, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Del. Jacovós, Denian



Couto, Dr. Antenor, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Luis Corti, Maria Victoria, Marli Paulino, Ney Leprevost, Paulo Gomes, Renato Freitas e Requião Filho (16 Deputados).] Com 38 votos favoráveis e nenhum voto contrário, está aprovado o Projeto de Lei n.º 609/2025. (O Sr. Presidente, Deputado Alexandre Curi, registra em Ata os votos favoráveis dos Deputados Arilson Chiorato, Denian Couto e Luís Corti.)

DEPUTADO LUÍS CORTI (PSB): Senhor Presidente, voto “sim”, Deputado Luís Corti.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Deputado Arilson, voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Devidamente registrado o voto do Deputado Luís Corti.

DEPUTADO DENIAN COUTO (PODE): Deputado Denian, por gentileza.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Deputado Arilson, voto “sim”.

ITEM 12 – 2.º Turno do Projeto de Lei n.º 610/2025, de autoria do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, Ofício n.º 1624/2025, que reajusta as tabelas de vencimentos dos cargos e das funções dos servidores do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Paraná. Parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça; Comissão de Finanças e Tributação. Em discussão o Projeto. Não havendo quem queira discutir, em votação. Como encaminham os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Voto “sim”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “sim”.



SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Votando.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Senhor Presidente, *pela ordem*, é possível enquanto estão votando?

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): *Pela ordem*, Deputado Hussein.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Quero comunicar a todos os colegas que, após a Sessão, estarei substituindo, como Vice-Presidente, o Deputado Ney Leprevost, e teremos uma reunião na Comissão de Obras. Portanto, os colegas que fazem parte da Comissão de Obras, será aqui na sala ao lado, estão todos convocados.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Como votam os Deputados Luciana, Alisson, Adão Litro, Cobra, Flávia, Maria Victoria, Marli, Matheus Vermelho, Paulo Gomes, Soldado Adriano José? Encerrada a votação: **[Votaram Sim:** Ademar Luiz Traiano, Alexandre Amaro, Alisson Wandscheer, Ana Julia, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Dr. Leônidas, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Jairo Tamura, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcelo Rangel, Marcio Pacheco, Matheus Vermelho, Mauro Moraes, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Paulo Gomes, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Secretária Marcia, Soldado Adriano José, Tercílio Turini e Thiago Buhrer (43 Deputados); **Não Votaram:** Adão Litro, Alexandre Curi, Artagão Junior, Batatinha, Dr. Antenor, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Maria Victoria, Marli Paulino, Ney Leprevost e Renato Freitas (11 Deputados).] Com 43 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 610/2025. (O Sr. Presidente,**



Deputado Alexandre Curi, registra em Ata o voto favorável do Deputado Adão Litro.)

ITEM 13 – 2.º Turno do Projeto de Lei n.º 611/2025, de autoria da Comissão Executiva, que concede reajuste às remunerações dos servidores efetivos e comissionados da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, bem como aos proventos e pensões dos inativos e pensionistas. Parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça; Comissão de Finanças e Tributação. Em discussão o Projeto. Não havendo quem queira discutir, em votação. Como encaminham os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Voto “sim”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “sim”.

DEPUTADO ADÃO LITRO (PSD): Senhor Presidente, registre o voto “sim” no anterior.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Devidamente registrado o voto do Deputado Adão Litro.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Presidente Curi.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): *Pela ordem*, Deputado Missionário.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Hoje a Fiep comemora 81 anos e vai ter um evento às 19 horas. Quem puder convidar o Ministro Haddad, que o Paulo Guedes estará lá...

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Não cabe a sua *questão de ordem*, Deputado Missionário. Encerrada a votação...



DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Senhor Presidente, desculpe, *pela ordem?* Ele não é mais missionário, Ex.^a.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Encerrada a votação: **[Votaram Sim:** Ademar Luiz Traiano, Adão Litro, Alexandre Amaro, Alisson Wandscheer, Ana Julia, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Bazana, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Denian Couto, Dr. Leônidas, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Hussein Bakri, Jairo Tamura, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcelo Rangel, Marcio Pacheco, Matheus Vermelho, Mauro Moraes, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Paulo Gomes, Professor Lemos, Reichembach, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Secretária Marcia, Soldado Adriano José, Tercílio Turini e Thiago Buhrer (40 Deputados); **Não Votaram:** Alexandre Curi, Artagão Junior, Batatinha, Cantora Mara Lima, Del. Tito Barichello, Dr. Antenor, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Gugu Bueno, Maria Victoria, Marli Paulino, Ney Leprevost, Renato Freitas e Requião Filho (14 Deputados).] Com 40 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 611/2025.**

ITEM 14 – 2.º Turno do Projeto de Resolução n.º 11/2025, de autoria da Comissão Executiva, que dispõe sobre as verbas de ressarcimento e indenizatórias destinadas à cobertura de despesas vinculadas ao exercício da atividade parlamentar na Assembleia Legislativa do Paraná. Parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça; Comissão de Finanças e Tributação. **(Sobre o Projeto:** Emenda de Plenário n.º 1, dos Deputados Delegado Tito Barichello, Luiz Fernando Guerra, Cloara Pinheiro, Cristina Silvestri, Gilson de Souza, Ricardo Arruda, Márcio Pacheco e Gilberto Ribeiro; Emenda de Plenário n.º 2, dos Deputados Arilson Chiorato, Doutor Antenor, Renato Freitas, Goura, Ana Júlia, Professor Lemos, Luciana Rafagnin e Requião Filho; Emenda de Plenário n.º 3, dos Deputados Arilson Chiorato, Doutor Antenor, Renato Freitas, Goura, Ana Júlia,



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Diretoria Legislativa

Professor Lemos e Requião Filho; Emenda de Plenário n.º 4, dos Deputados Arilson Chiorato, Renato Freitas, Goura, Ana Júlia, Professor Lemos, Luciana Rafagnin e Requião Filho; Emenda de Plenário n.º 5, dos Deputados Arilson Chiorato, Renato Freitas, Goura, Ana Júlia, Professor Lemos, Luciana Rafagnin e Requião Filho; Emenda de Plenário n.º 6, dos Deputados Arilson Chiorato, Renato Freitas, Ana Júlia, Goura, Professor Lemos, Luciana Rafagnin e Requião Filho; Emenda de Plenário n.º 7, dos Deputados Delegado Tito Barichello, Fábio Oliveira, Cristina Silvestri, Gilberto Ribeiro, Ricardo Arruda e Ana Júlia.) **O Projeto recebeu Emendas e retorna à CCJ.**

ITEM 15 – Turno Único do Projeto de Lei n.º 38/2025, de autoria do Deputado Thiago Bührer e do Deputado Matheus Vermelho, que dispõe sobre a inserção no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná o evento Mundo do Futsal Experience. Parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça; Comissão de Esportes. Em discussão o Projeto. Não havendo quem queira discutir, em votação. Como encaminham os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Peço o voto “sim”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição pede o voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Votando.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Os Deputados que ainda não votaram, o voto é “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Encerrada a votação: **[Votaram Sim: Adão Litro, Alexandre Amaro, Alisson Wandscheer, Ana Julia, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Dr. Leônidas, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura,**



Hussein Bakri, Jairo Tamura, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcelo Rangel, Marcio Pacheco, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Paulo Gomes, Professor Lemos, Reichembach, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Secretária Marcia, Tercílio Turini e Thiago Bührer (39 Deputados); Não Votaram: Ademar Luiz Traiano, Alexandre Curi, Artagão Junior, Batatinha, Dr. Antenor, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Gugu Bueno, Maria Victoria, Marli Paulino, Mauro Moraes, Ney Leprevost, Renato Freitas, Requião Filho e Soldado Adriano José (15 Deputados).] Com 39 votos favoráveis e nenhum voto contrário, está aprovado o Projeto de Lei n.º 38/2025.

ITEM 16 – Turno Único do Projeto de Lei n.º 250/2025, e autoria do Deputado Ricardo Arruda, que concede título de Cidadão Benemérito ao Senhor Antônio Roberto Gazin. Parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça. Em discussão o Projeto. Não havendo quem queira discutir, em votação. Como encaminham os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Voto “sim”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição pede voto “não”. Frisando o voto “não”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Votando.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Repito que o voto da Base é “sim”. Antes que o Presidente encerre, o voto é “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Como votam a Deputada Marli Paulino? Como vota o Deputado Thiago Bührer? Encerrada a votação: **[Votaram Sim: Adão Litro, Alexandre Amaro, Alisson Wandscheer, Anibelli Neto, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Dr. Leônidas, Flavia Francischini,**



Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Jairo Tamura, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcelo Rangel, Marcio Pacheco, Matheus Vermelho, Mauro Moraes, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Paulo Gomes, Reichembach, Ricardo Arruda, Secretária Marcia, Soldado Adriano José e Tercílio Turini (35 Deputados); Votaram Não: Ana Julia, Arilson Chiorato, Goura, Luciana Rafagnin e Professor Lemos (5 Deputados); Não Votaram: Ademar Luiz Traiano, Alexandre Curi, Artagão Junior, Batatinha, Dr. Antenor, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Maria Victoria, Marli Paulino, Ney Leprevost, Renato Freitas, Requião Filho, Samuel Dantas e Thiago Buhrer (14 Deputados).] Com 35 votos favoráveis e 5 votos contrários, está aprovado o Projeto de Lei n.º 250/2025.

ITEM 17 – Turno Único do Projeto de Lei n.º 330/2025, de autoria do Deputado Matheus Vermelho, que concede o título de utilidade pública ao Maestro Esporte Clube, filial com sede no município de Foz do Iguaçu. Parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça. Em discussão o Projeto. Não havendo quem queira discutir, em votação. Como encaminham os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Voto “sim”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Peço aos Deputados que permaneçam no Plenário. Temos 28 Deputados presentes, a Sessão vai cair. Peço aos Deputados que permaneçam no Plenário. Como vota o Deputado Romanelli? Deputado Arilson, peço que V.Ex.^a fique no Plenário, temos mais Requerimentos para votar. Como votam os Deputados Alisson, Anibelli? Encerrada a votação: **[Votaram Sim: Adão Litro, Alexandre Amaro, Alisson Wandscheer, Ana Julia, Arilson Chiorato, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Denian Couto, Dr. Leônidas, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Gugu Bueno,**



Hussein Bakri, Jairo Tamura, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcelo Rangel, Marcio Pacheco, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Professor Lemos, Reichembach, Ricardo Arruda, Secretária Marcia, Soldado Adriano José, Tercílio Turini e Thiago Buhrer (36 Deputados); Não Votaram: Ademar Luiz Traiano, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Artagão Junior, Batatinha, Del. Tito Barichello, Dr. Antenor, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Goura, Maria Victoria, Marli Paulino, Mauro Moraes, Ney Leprevost, Paulo Gomes, Renato Freitas, Requião Filho e Samuel Dantas (18 Deputados).] Com 36 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 330/2025.**

(Não havendo mais matéria a ser deliberada na pauta da Ordem do Dia, passou-se à votação dos Requerimentos.)

REQUERIMENTOS.

Requerimento n.º 2033/2025, do Deputado Alexandre Curi, solicitando a dispensa de votação de Redação Final dos Projetos de Lei n.ºs 608/2025, 609/2025, 610/2025 e 611/2025. **Aprovado o Requerimento.** (Requerimento encaminhado à Diretoria Legislativa para providências.)

Requerimento n.º 2026/2025, do Deputado Batatinha, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública e à Polícia Científica do Paraná (PCP), requerendo dados sobre a implantação do CIPAD - Centro Integrado de Perícias Contábil – Financeiras; **Requerimento n.º 2027/2025**, da Deputada Ana Júlia, requerendo informações à Secretaria de Estado da Educação (SEED) referente às recentes notícias de fechamento de escolas do Campo no Estado do Paraná; e **Requerimento n.º 2028/2025**, da Deputada Luciana Rafagnin, solicitando o envio de expediente à Secretaria de Educação do Paraná (SEED) requerendo informações sobre o fechamento da Escola Estadual do Campo de Iolópolis, do município de São Jorge D'Oeste.



Conforme acordo do Líder do Governo com os autores, serão encaminhados como expediente.

Requerimentos aprovados e encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.

Requerimento n.º 1956/2025, dos Deputados Márcio Pacheco e Gugu Bueno, solicitando o envio de moção de congratulações e aplausos à Diretoria de Planejamento Físico da Unioeste - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, em reconhecimento aos relevantes trabalhos realizados na elaboração de diversos projetos de engenharia, em obras de destacada relevância social para Cascavel e região Oeste do Estado; **Requerimentos n.ºs 1957 e 1958/2025**, do Deputado Delegado Tito Barichello, solicitando o envio de votos de congratulações com menção honrosa: ao brilhante economista Paulo Roberto Nunes Guedes, reconhecido internacionalmente como o melhor Ministro da Economia da América Latina; ao Sr. Edson José de Vasconcelos - Presidente do Sistema FIEP, pelos 81 anos da fundação da Federação das Indústrias do Estado do Paraná; **Requerimento n.º 1959/2025**, do Deputado Tercílio Turini, solicitando o registro e o envio de votos de congratulações com menção honrosa ao padre Manuel Joaquim, pelos 35 anos de sacerdócio com muita fé em defesa do bem comum; **Requerimentos n.ºs 1960 e 1964/2025**, do Deputado Ricardo Arruda, solicitando o envio de menções honrosas: aos integrantes relacionados da Guarda Municipal de Araucária/PR, pelos excelentes serviços prestados; e aos integrantes da Guarda Municipal de Campo Largo/PR, em homenagem pelos excelentes serviços prestados; **Requerimentos n.ºs 1961 a 1963, 1965 e 1966/2025**, da Deputada Maria Victória, solicitando o registro e o envio de votos de congratulações com menção honrosa: ao restaurante Pizzicato, em reconhecimento à sua destacada contribuição para a gastronomia e para a cultura italianas na capital do Paraná; ao Restaurante Mar e Terra, em reconhecimento à sua destacada contribuição para a gastronomia curitibana; ao Bar Makiolka, reconhecido como um dos mais antigos



estabelecimentos desse tipo em plena atividade no Estado do Paraná; ao Bovino Nobre - Casa de Carnes, em reconhecimento à sua destacada contribuição ao setor alimentício paranaense; e ao Supermercado Bom Gourmet, em reconhecimento à sua destacada atuação no setor de comércio varejista de alimentos; **Requerimentos n.ºs 1967 e 1968/2025**, do Deputado Ney Leprevost, solicitando o envio de expediente ao Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba - IPPUC e para a Secretaria Municipal de Obras Públicas - SMOP, encaminhando solicitação: melhorias na Rua Eduardo Sprada em Curitiba/PR; e obras para o pavimentação asfáltica da Rua Francisco Bordenowski, no Bairro Butiatuvinha; **Requerimento n.º 1969/2025**, do Deputado Ney Leprevost, solicitando o envio de expediente à Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude de Curitiba, encaminhando solicitação de implantação de uma academia ao ar livre no Jardim Silvano Túlio, localizado na Rua Pedro Ferrari, no bairro Butiatuvinha; **Requerimentos n.ºs 1970 e 1972/2025**, do Deputado Bazana, solicitando o envio de menção honrosa: à atleta Alessandra Barancelli, com a entrega na Sessão Plenária no Grande Expediente do dia 19 de agosto de 2025; e à Sr.^a Elcy Therezinha Mudrey, educadora especializada das APAEs, homenagem que será entregue no horário do Grande Expediente na “Semana da Pessoa com Deficiência”; **Requerimento n.º 1971/2025**, do Deputado Ney Leprevost, solicitando o envio de expediente à Secretaria de Estado das Cidades, com cópia para a Prefeitura Municipal de Campo Largo, encaminhando solicitação de recursos para a pavimentação asfáltica ou aplicação de produto anti-pó na rua Ivahy Alberti, no bairro Bateias, município de Campo Largo/PR; **Requerimento n.º 1973/2025**, do Deputado Ney Leprevost, solicitando o envio de expediente ao Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência de Curitiba, com cópia para a Secretaria Municipal de Educação de Curitiba, encaminhando solicitação de instalação de câmeras nos veículos de transporte escolar destinados a crianças com Deficiência; **Requerimento n.º 1974/2025**, do Deputado Ney Leprevost, solicitando o envio de expediente ao DER/PR,



encaminhando solicitação de melhorias no acostamento da Rodovia dos Minérios, no trecho próximo à Empresa Higie Plus Chemical Indústria e Comércio de Produtos de Limpeza, localizada na Rua João Vicentini 99 - Jardim Naturama, em Almirante Tamandaré/PR, **Requerimento n.º 1976/2025**, do Deputado Ney Leprevost, solicitando o envio de expediente ao Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba - IPPUC, e para a Secretaria Municipal de Obras Públicas - SMOP, encaminhando solicitação de melhorias na pavimentação asfáltica da Rua Leonice Rodrigues de Paula, localizada no Bairro Campo do Santana, Curitiba/PR; **Requerimentos n.ºs 1977, 1978 e 1979/2025**, dos Deputados Maria Victória e Alexandre Curi, solicitando o envio de votos de congratulações com menção honrosa aos Sr.ºs Rodrigo Schanoski, Prefeito de Maripá, pela vitória nas eleições para o cargo de Presidente da Associação dos Municípios do Oeste do Paraná (AMOP); Antonio Adamir Digner, Prefeito de Contenda, pela vitória nas eleições do Sudoeste do Paraná (AMSULEP); Same Saab, Prefeito de Iretama, pela vitória nas eleições para o cargo de Presidente da Comunidade dos municípios da Região de Campo Mourão (COMCAM); **Requerimento n.º 1980/2025**, do Deputado Ney Leprevost, solicitando o envio de expediente ao DER/PR, requerendo a verificação da viabilidade para instalação de passarela para pedestres na Avenida Juscelino Kubitschek de Oliveira, no bairro CIC, no trecho que dá acesso ao Jardim Gabineto, em Curitiba/PR; **Requerimento n.º 1981/2025**, do Deputado Ney Leprevost, solicitando o envio de expediente à Secretaria Municipal de Defesa Social e Trânsito de Curitiba, encaminhando solicitação de instalação de lombada ou redutor de velocidade na Rua Padre Paulo Canelles, bairro Santa Cândida, Curitiba/PR; **Requerimento n.º 1982/2025**, do Deputado Ney Leprevost, solicitando o envio de expediente à Secretaria Municipal de Defesa Social e Trânsito de Curitiba, requerendo a reinstalação da vaga para pessoa com Deficiência (PCD), na esquina da Rua Padre Anchieta, n.º 1020, em Curitiba/PR; **Requerimento n.º 1983/2025**, do Deputado Ney Leprevost, solicitando o envio de expediente à Secretaria de



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Diretoria Legislativa

Estado das Cidades, com cópia para a Prefeitura Municipal de Colombo, encaminhando solicitação de pavimentação asfáltica da Rua Jackson Luiz Pavin, localizada no bairro Roça Grande Colombo/PR; **Requerimento n.º 1984/2025**, do Deputado Ney Leprevost, solicitando o envio de expediente ao Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba - IPPUC, e para a Secretaria Municipal de Obras Públicas - SMOP, encaminhando solicitação de pavimentação asfáltica da Rua Visconde de Cairu, bairro Seminário, Curitiba/PR; **Requerimentos n.ºs 1985, 1987, 1988 e 1989/2025**, do Deputado Evandro Araújo, solicitando o registro e o envio de menção honrosa: ao Instituto Anjo Azul, pelos 10 anos de história e pelos relevantes serviços prestados às famílias e às pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) de Curitiba e do Estado do Paraná; à Sr.^a Cristiane Lissoni, pelo compromisso social e pelo trabalho em prol da causa autista e da dignidade humana; ao Sr. Bruninho Scandalous, primeiro sanfoneiro profissional reconhecido como autista do Brasil, pelo trabalho artístico e pela contribuição social ao inspirar pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e suas famílias por meio da música; e ao Sr. Aurélio Stank, por dedicar sua vida e profissão à Difusão da Causa Autista; **Requerimento n.º 1990/2025**, do Deputado Ney Leprevost, solicitando o envio de expediente à Secretaria Municipal de Defesa Social e Trânsito de Curitiba, encaminhando solicitação de implantação de sinalização de “saída de veículos sem visibilidade” e estudo de viabilidade para a instalação de redutor de velocidade na Rua Padre Paulo Canelles, nas proximidades da Rua Ernani da Silva Correia, bairro Santa Cândida/PR; **Requerimento n.º 1991/2025**, do Deputado Ney Leprevost, solicitando o envio de expediente à Secretaria de Estado das Cidades, com cópia para a Prefeitura Municipal de Colombo, encaminhando solicitação de destinação de recursos para pavimentação Rua Pedro Ossoski, localizada no município de Colombo; **Requerimento n.º 1992/2025**, do Deputado Ney Leprevost, solicitando o envio de expediente à Secretaria Municipal de Defesa Social e Trânsito de Curitiba, encaminhando solicitação de implantação de radar de conversão na Rua David



Tows, esquina com a Rua Nova Aurora, bairro Sítio Cercado, Curitiba/PR; **Requerimento n.º 1993/2025**, do Deputado Ney Leprevost, solicitando o envio de expediente à Secretaria Municipal de Defesa Social e Trânsito de Curitiba, encaminhando solicitação para verificar da possibilidade de instalação de sinalização vertical (sinaleiros) no cruzamento da Rua Padre José Lopacinski com a Rua Paulo Warkocz, localizada na Cidade Industrial de Curitiba - CIC; **Requerimento n.º 1994/2025**, do Deputado Ney Leprevost, solicitando o envio de expediente ao Ex.^{mo} Sr. Cel. QOPM Jefferson Silva, Comandante-Geral da Polícia Militar do Paraná, requerendo seus préstimos para a melhoria da Infraestrutura do Hospital da Polícia Militar; **Requerimentos n.ºs 1995 e 1996/2025**, do Deputado Delegado Tito Barichello, solicitando o envio de votos de congratulações com menção honrosa para: Emanuelle Freire, pelos brilhantes serviços prestados junto as APAEs, promovendo inclusão, autoestima e visibilidade para a diversidade; ao valoroso Subtenente/PMMPR Cláudio Roberto Pereira Ramos, pelos 34 anos de serviços prestados no combate, enfrentamento ao crime organizado e proteção à população paranaense; **Requerimento n.º 1997/2025**, do Deputado Ney Leprevost, solicitando o envio de expediente ao Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba - IPPUC, e para a Secretaria Municipal de Obras Públicas - SMOP, encaminhando solicitação da revitalização do Campo da Santa Helena, localizado na Rua Edson Campos Mastesich com Rua Gentil Antunes Branco, no Bairro Santa Felicidade, em Curitiba/PR; **Requerimento n.º 1998/2025**, do Deputado Gilson de Souza, solicitando o envio de votos de pesar à família pelo falecimento do Pastor Márcio Nascimento de Andrade0 da Igreja Visão Missionária, falecido na explosão da Empresa Eneax, ocorrido no dia 12 de agosto; **Requerimento n.º 1999/2025**, do Deputado Soldado Adriano José, solicitando o registro e o envio de menção honrosa para o Sr. Josué Lemos da Silveira, pelos relevantes serviços prestados á cultura e à educação no Paraná; **Requerimento n.º 2000/2025**, do Deputado Luís Corti, solicitando o registro e o envio de votos de congratulações com menção honrosa para o Sr. Louis Baudras,



pela sua atuação como empresário no setor agropecuário em Rolândia/PR, gerando desenvolvimento e contribuindo para o fortalecimento da Indústria Leiteira do Estado; **Requerimento n.º 2001/2025**, do Deputado Luiz Claudio Romanelli, solicitando o registro e o envio de menção honrosa à Duratu e ao Sr. Arlindo Matias Schneider, sendo uma empresa familiar atuante desde 1988, especializada na fabricação e venda de móveis sob medida diretamente para o cliente final; **Requerimento n.º 2002/2025**, da Deputada Ana Júlia, solicitando o registro e o envio de menção honrosa para a Delegada Dra. Ana Carolina Hass de Miranda Castro, por sua dedicação no combate à violência contra mulheres e crianças e sua atuação em prol de justiça e segurança em sua região; **Requerimento n.º 2003/2025**, do Deputado Delegado Tito Barichello, solicitando o envio de votos de congratulações com menção honrosa aos valorosos policiais relacionados, pelos brilhantes serviços prestados no combate, enfrentamento ao crime organizado e na proteção à população paranaense; **Requerimentos n.ºs 2004, 2005 e 2008/2025**, da Deputada Cantora Mara Lima, solicitando o registro e o envio de menção honrosa: à Ser Igreja, em alusão ao seu primeiro ano de presença no município de Curitiba; ao Coral e Orquestra Vida e Paz, da Congregação Jardim Natália, da Igreja Evangélica Assembleia de Deus em Curitiba; e à Sr.ª Lucilene Souza Silva Moreira da Costa, pelos 40 anos de relevante atuação na Companhia de Saneamento do Paraná - Sanepar; **Requerimento n.º 2006/2025**, dos Deputados Gilberto Ribeiro, Samuel Dantas, Tercílio Turini, Alexandre Amaro, Delegado Jacovós, Cantora Mara Lima, Gilson de Souza, Fábio Oliveira, Evandro Araújo, Hussein Bakri e Márcio Pacheco, requerendo o envio de 35 menções honrosas em homenagem ao Dia das Comunidades Terapêuticas, Cuidados e Prevenção às Drogas, no qual o Deputado Gilson de Souza é o Coordenador; **Requerimentos n.ºs 2007 e 2009/2025**, do Deputado Márcio Pacheco, solicitando o envio de moção de congratulações e aplausos: ao Sr. Dr. José Bolivar Bretas, pela expressiva contribuição ao Direito e à educação jurídica, bem como pelo relevante serviço prestado à sociedade ao longo de sua carreira; e ao Sr. Valter Sotille, por



dedicação a população cascavelense; **Requerimento n.º 2010/2025**, do Deputado Ney Leprevost, solicitando o envio de expediente ao Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba – IPPUC, e para a Secretaria Municipal de Obras Públicas – SMOP, encaminhando solicitação de pavimentação asfáltica na Rua Pastor Carlos Frank, no trecho compreendido entre a Rua Dr. Laurindo Abelardo de Brito e a Rua Juarez Campos Matesich, no bairro Boqueirão; **Requerimento n.º 2023/2025**, do Deputado Márcio Pacheco, solicitando o envio de moção de congratulações e aplausos ao Movimento de Casas Católicos Lareira, de Foz do Iguaçu, em reconhecimento aos seus 25 anos de Evangelização das Famílias Iguaçuenses; **Requerimento n.º 2024/2025**, do Deputado Ricardo Arruda, solicitando o envio de menção honrosa para o Sr. Jean Lucas Neumann de Melo, pelos relevantes serviços prestados à sociedade paranaense; **Requerimento n.º 2025/2025**, do Deputado Ney Leprevost, solicitando o envio de expediente à Urbanização de Curitiba S/A – URBS, encaminhando solicitação de informações sobre o retorno do Intinerário da linha de ônibus 706 Fazendinha/Caiuá à Rua Arthur Bernardes, no Bairro Santa Quitéria, Curitiba/PR; **Requerimento n.º 2029/2025**, do Deputado Gilberto Ribeiro, solicitando o registro e o envio de menção honrosa aos policiais militares, por apreenderem 1,5 tonelada de drogas no dia 10 de agosto, no município de Curitiba/PR; **Requerimento n.º 2030/2025**, do Deputado Tercílio Turini, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário de Estado de Infraestrutura e Logística do Paraná e ao Diretor-Presidente do DER/PR, requerendo adoção de medidas emergenciais no trecho da PR-090, entre Sapopema e São Jerônimo da Serra, conhecido como Serra Fria, com a imediata instalação de redutores de velocidade, reforço da sinalização horizontal e vertical, bem como a colocação de placas de orientação sobre subidas, descidas e curvas, de modo garantir maior segurança e prevenir novos acidentes na região; **Requerimento n.º 2031/2025**, da Deputada Maria Victória, solicitando o registro e o envio de votos de



congratulações com menção honrosa à Empresa Buschle Alimentos, em reconhecimento à relevante contribuição ao setor alimentício do Estado.

Requerimentos com despacho do Presidente.

À Diretoria Legislativa para providências: **Requerimento n.º 2012/2025**, dos Deputados Requião Filho e Cloara Pinheiro, requerendo a inclusão do Deputado Requião Filho como coautor do Projeto de Lei n.º 587/2023, de autoria da Deputada Cloara Pinheiro; **Requerimento n.º 2013/2025**, do Deputado Thiago Bührer, requerendo a inclusão do Deputado Thiago Bührer como coautor do Projeto de Lei n.º 503/2025, de autoria do Deputado Goura; **Requerimento n.º 2016/2025**, do Deputado Luiz Fernando Guerra, requerendo a inclusão do Deputado Luiz Fernando Guerra, como coautor do Projeto de Lei n.º 339/2022, de autoria do Deputado Soldado Adriano José; **Requerimento n.º 2017/2025**, dos Deputados Soldado Adriano José e Alexandre Curi, requerendo a inclusão do Deputado Soldado Adriano José como coautor do Projeto de Lei n.º 598/2025, de autoria do Deputado Alexandre Curi; **Requerimento n.º 2018/2025**, dos Deputados Soldado Adriano José e Delegado Tito Barichello, requerendo a inclusão do Deputado Soldado Adriano José como coautor do Projeto de Lei n.º 599/2025, de autoria do Deputado Delegado Tito Barichello; **Requerimento n.º 2022/2025**, dos Deputados Goura, Luciana Rafagnin, Requião Filho, Tercílio Turini, Artagão Junior, Denian Couto, Delegado Tito Barichello, Arilson Chiorato, Gilson de Souza, Cloara Pinheiro, Ana Júlia, Samuel Dantas e Marli Paulino, requerendo a inclusão dos Deputados infra assinados como coautores ao Projeto de Lei n.º 493/2025; **Requerimento n.º 2032/2025**, dos Deputados Alisson Wandscheer, Marli Paulino, Samuel Dantas, requerendo a comunicação à Mesa Executiva da constituição e indicação da Liderança do Partido da Solidariedade (SD), Deputado Alisson Wandscheer como Líder do SD, Deputado Samuel Dantas como 1.º Vice-Líder do SD e Deputada Marli Paulino como 2.ª Vice-Líder do SD.



Justificativas de ausências.

Deferidos conforme o art. 97, § 4º, do Regimento Interno (o Presidente poderá abonar, no período de um mês ausência injustificada): **Requerimento n.º 2011/2025**, do Deputado Paulo Gomes, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 13 de agosto de 2025; **Requerimento n.º 2014/2025**, do Deputado Renato Freitas, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 13 de agosto de 2025; **Requerimento n.º 2021/2025**, do Deputado Batatinha, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 18 de agosto de 2025.

Deferido conforme o art. 97, § 3º, VI do Regimento Interno (em decorrência de impedimento de locomoção no trajeto até a sede do Poder Legislativo ou ao local onde ocorrer a sessão plenária, ocasionando por caso fortuito ou força maior devidamente comprovados): **Requerimento n.º 2015/2025**, da Deputada Luciana Rafagnin, apresentando justificativa de ausência nas Sessões Plenárias do dia 5 de agosto de 2025.

Deferidos conforme o art. 97, § 3º, I do Regimento Interno (por motivo de doença, mediante apresentação de atestado médico): **Requerimento n.º 2019/2025**, do Deputado Ney Leprevost, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 13 de agosto de 2025; **Requerimento n.º 2020/2025**, da Deputada Mabel Canto, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 13 de agosto de 2025.

Requerimentos Cancelados.

Requerimento n.º 1975/2025, do Deputado Ney Leprevost, solicitando o envio de expediente ao Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba – IPPCU e para a Secretaria Municipal de Obras Públicas – SMOP, encaminhando solicitação de revitalização do campo do Santa Helena; e **Requerimento n.º 1986/2025**, do



Deputado Ney Leprevost, solicitando o envio de expediente ao Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba - IPPUC e para a Secretaria Municipal de Obras Públicas - SMOP, encaminhando solicitação de pavimentação asfáltica. **Documentos cancelados.**

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Nada mais havendo a ser tratado, encerro a presente Sessão, marcando duas outras para amanhã, dia 19, no horário regimental, com as seguintes **Ordens do Dia: Sessão Ordinária de terça-feira** - Redação Final dos Projetos de Lei n.^{os} 154/2024, 38/2025, 250/2025, 330/2025 e 384/2025, 2.^º Turno do Projeto de Resolução n.^º 11/2025, 1.^º Turno dos Projetos de Lei n.^{os} 459/2025, 561/2025, 562/2025, 563/2025, 567/2025 e 623/2025 e Turno Único dos Projetos de Lei n.^{os} 741/2024, 410/2025 e 618/2025; **Sessão Ordinária de quarta-feira, antecipada para terça-feira** - Redação Final dos Projetos de Lei n.^{os} 741/2024, 410/2025 e 618/2025 e do Projeto de Resolução n.^º 11/2025, 2.^º Turno dos Projetos de Lei n.^{os} 459/2025, 561/2025, 562/2025, 563/2025, 567/2025 e 623/2025, 1.^º Turno do Projeto de Lei Complementar n.^º 8/2025 e dos Projetos de Lei n.^{os} 566/2025, 568/2025, 601/2025 e 602/2025 e Turno Único dos Projetos de Lei n.^{os} 281/2025 e 549/2025.

“LEVANTA-SE A SESSÃO.”

(Sessão encerrada às 17h07, tendo sido lavrada a Ata para fins de publicação em atendimento ao disposto no art. 139 da Resolução n.^º 11 de 23/8/2016, Regimento Interno.)